

I | PROBLEMAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

17 DE MARÇO DE 2006

Abertura:

Demian Fiocca. Vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Luiz Gonzaga Belluzzo. Presidente Institucional do Centro Celso Furtado

José Drummond Saraiva. Diretor-financeiro da Eletrobrás

Fernando Nogueira da Costa. Vice-presidente da Caixa Econômica Federal

José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Presidente da Petrobras

Expositores:

Antonio Barros de Castro. Diretor de Planejamento do BNDES

Carlos Lessa. Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Helio Jaguaribe. Decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais - IEPES

Maria da Conceição Tavares. Presidente Acadêmica do Centro Celso Furtado

Wilson Cano. Professor titular da Universidade de Campinas - Unicamp

Senhoras e senhores, estamos dando início ao fórum inaugural do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. O Centro tem por objetivo preservar a memória do grande economista Celso Furtado, pela catalogação de suas obras e de seus arquivos, bem como realizar pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil e da América Latina.

Convidamos para compor a mesa de abertura o vice-presidente do BNDES, sr. Demian Fiocca, o presidente institucional do Centro Celso Furtado, prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, o presidente da Petrobras, sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, sr. Fernando Nogueira da Costa e o diretor-financeiro da Eletrobrás, sr. José Drummond Saraiva.

DEMIAN FIOCCA. Senhoras e senhores, gostaria, antes de tudo, de agradecer a presença de todos, dizer que é uma honra para o BNDES propiciar a primeira sede do Centro Internacional Celso Furtado. É um Centro que surgiu por sugestão do próprio presidente Lula, e é um Centro que, por várias razões, tem grandes ligações ou grande afinidade com o BNDES.

O BNDES é uma instituição de enorme prestígio e relevância nacional, cujo papel fundamental no Brasil é precisamente o fomento ao desenvolvimento. Não só pela função que desempenha, de grande banco financiador do longo prazo, como por participar das estruturas de capital de algumas empresas, de modo a dar-lhes robustez financeira para alavancar investimentos. O Banco também esteve no centro do esforço exportador do país dos últimos anos e vem mantendo o compromisso com o desenvolvimento do ponto de vista do emprego, com destaque para a pequena e média empresa, por meio dos bancos repassadores. É um banco que, desde 2003, retomou com mais ênfase a sua postura em favor do desenvolvimento, ou seja, entendendo que cabe às agências do Estado implementarem políticas públicas e incentivar aquilo que consideram estratégico, aquilo que traz mais benefícios para o conjunto da sociedade, que melhor posiciona o país na disputa internacional a longo prazo e lhe dá melhores condições internas para o seu desenvolvimento.

Não vou me alongar, faço apenas uma breve introdução, que é essencialmente uma saudação aos senhores. Faço votos de que o Centro Celso Furtado, além de cuidar da memória do brilhante economista, inspire novos estudos e novas formulações, no espírito de Celso Furtado, que é o espírito de uma nação que tem o direito e o dever de desenhar por onde quer caminhar, de atuar ativamente na construção do seu futuro.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Gostaria de começar dizendo que este Centro nasce de uma maneira bastante heterodoxa, pois todos estão de gravata e eu, paulista, estou de manga de camisa. Mas queria reforçar aqui as palavras do Demian, dizendo que o Centro é, na verdade, um centro pluripartidário que se propõe a manter um debate absolutamente livre. Não que seus membros não tenham suas preferências, que naturalmente devem ter, mas é um debate absolutamente livre sobre os temas que herdamos de Celso Furtado.

Não se trata de um projeto que vá se restringir a fazer uma exegese das obras do Celso, atitude contra a qual Celso se rebelaria. Na verdade, ele foi um homem que respondeu ao desafio de pensar o Brasil. Como ele, Sérgio Buarque de Hollanda, Raymundo Faoro, Helio Jaguaribe, Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa aceitaram o desafio de pensar o Brasil. Essa é a missão do Centro. Pensar o Brasil no contexto atual, num ambiente internacional distinto daquele que Celso Furtado examinou e observou. É esse desafio que o Centro se dispõe a responder, a enfrentar, com a perspectiva de que este é um país que tem potencialidades para se recuperar dos tombos e dos percalços que sofreu nos últimos anos.

Nós não podemos nos conformar com essa situação, nós que fomos formados no período do desenvolvimento acelerado e cujo imaginário social nos levou a crer que seria necessário apenas um esforço para tornar esse desenvolvimento mais justo. Porém a tarefa era muito mais complexa, pois a economia moderna, ou seja, o capitalismo, como ele deve ser chamado, é um sistema de grande elasticidade e grande capacidade de metamorfose, de transformação, por isso temos que estar sempre atentos para captarmos as novas formas que ele assume, as novas características que introduz na dinâmica econômica. Isso exige que façamos o que Keynes recomendou, ou seja, que nos livremos das idéias velhas.

Sejamos capazes de manter essa visão renovadora que Celso tanto buscou na sua obra. Celso Furtado foi um inovador e nada estava mais distante dele do que esse apego às próprias idéias, apego ao que já havia feito. Ele gostava de andar para frente. Basta ver os últimos livros que escreveu. Não eram livros, ao contrário do que se imagina, de decepção com a sua obra ou com aquilo que ocorreu, pois Celso foi, mais que um intelectual, mais que um homem público, um homem de Estado. Tenho a impressão – advinda da convivência não muito intensa que tive com ele, mas freqüente no período da ditadura militar, no MDB – que ele, na ver-

dade, tinha mais nostalgia, mais apego à sua condição de homem de Estado, de construtor do que à de um intelectual retirado, ou de mero observador da cena, de um simples analista.

O Centro nasce com essa vocação e, portanto, estamos aqui com uma função, na presidência institucional que me coube mais por acidente do que por mérito, pois os verdadeiros herdeiros do Celso são a Conceição, o Castro, o Lessa. Estou aqui apenas como um funcionário dessa idéia, um mero executor dessa idéia. Quero recebê-los aqui e convidá-los para os outros seminários e prometo que os debates não serão centrados, pois haverá conflito de opiniões entre os participantes, o que é muito bom. Agradeço a presença de todos e espero que vocês desfrutem deste seminário de forma duradoura e proveitosa. Muito obrigado.

JOSÉ DRUMMOND SARAIVA. Boa tarde a todas e a todos aqui presentes, minha saudação a Demian Fiocca, vice-presidente do BNDES, ao prof. Belluzzo, ao dr. Gabrielli e ao vice-presidente da Caixa Econômica Federal. É com muita satisfação que tenho a oportunidade de estar aqui neste seminário inaugural do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, falando em nome da direção da Eletrobrás. Sinto-me honrado, sobretudo, pelo que representa Celso Furtado para o pensamento econômico, político e social de nosso país. Não é muito simples falar de um homem dessa envergadura em um curto espaço de tempo. Mas a cada dia que eu reflito sobre a obra de Celso Furtado, sempre me emociono muito por ter encontrado nessa obra elementos fundamentais para a minha formação na área de economia e, principalmente, para a minha formação de cidadão brasileiro preocupado com o destino da maioria da população brasileira.

No que diz respeito ao fato de hoje estar aqui representando a direção da Eletrobrás, me salta aos olhos a importância que essa empresa teve e continua tendo para o desenvolvimento do nosso país.

A Eletrobrás, assim como outras grandes empresas do setor de infraestrutura nacional, foi sem dúvida responsável pela geração e pela criação da indústria de base, da indústria de bens de capital. Teve uma fundamental importância, e ainda tem, no desenvolvimento da engenharia nacional, como também na geração de emprego e de renda neste país ainda muito desigual, mas que a cada dia, com o esforço de todos nós e de entidades como Petrobras, BNDES, Caixa Econômica Federal, e com as políticas públicas que visam a integração, cada vez mais consistente, de amplas camadas da população num espectro de renda superior, de país

em processo de transformação, pode nos dar o alento de que, um dia, conseguiremos sim, alimentar o sonho que Celso Furtado tinha, de criar um país mais justo, mais igual, onde o desenvolvimento signifique desenvolvimento efetivo com justiça social e não meramente crescimento.

Eram essas as minhas considerações, mais uma vez quero agradecer aqueles que deram a oportunidade da Eletrobrás se fazer aqui presente. Muito obrigado.

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA. Boa tarde. Permitam-me as autoridades à mesa, mas eu queria saudar em primeiro lugar meus professores. É uma grande felicidade estar diante deles, queridos professores, encontrá-los todos juntos neste momento festivo e feliz para nós. Sinto-me também muito honrado de representar a Caixa Econômica Federal junto a outras grandes empresas estatais.

Como diz muito bem o prof. Belluzzo, Celso Furtado era, antes de tudo, um homem de espírito público e é uma grata surpresa percebermos que a Caixa Econômica Federal, embora venha se preparando há anos para se privatizar, ainda consegue manter um corpo de funcionários com grande espírito público.

Tive a oportunidade de assistir talvez a uma das últimas exposições de Celso Furtado. Foi na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O prof. Belluzzo também estava presente. Como ele não pôde viajar, seus depoimentos foram apresentados em vídeo, no qual, ele, o maior teórico do mundo em desenvolvimento econômico, já no final da vida, com sua sabedoria e capacidade de síntese, equacionou o problema da seguinte forma: desenvolvimento socioeconômico é simplesmente crescimento do emprego e inclusão social.

Essa é uma visão com a qual compartilham a Caixa Econômica Federal como também as outras empresas estatais aqui presentes. Mas é particularmente o caso da Caixa, quando faz financiamento habitacional com uma capacidade extraordinária de gerar empregos e de incluir socialmente, quando faz os programas de transferência de renda do país e alcança excelentes resultados.

O Centro Celso Furtado, ao resgatar o desenvolvimentismo, pratica uma maneira de criar, de formar um público, de formar funcionários das empresas estatais dentro do espírito que por muitas décadas predominou no país, sob a liderança de Celso Furtado, e que foi o melhor tempo da história econômica desse país. Quero agradecer e dizer que a Caixa pretende dar todo o apoio a essa iniciativa. Muito obrigado.

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO. Boa tarde a todos, gostaria de saudar os membros da mesa, Demian, Belluzzo, Fernando e Saraiva, saudar, de forma particular, a professora Maria da Conceição Tavares, o prof. Wilson Cano, prof. Castro, prof. Lessa, prof. Cláudio Salm, velhos amigos e professores que nos formaram.

O Centro Celso Furtado tem um papel absolutamente fundamental no resgate de uma tradição que teve no passado muita importância e influência. Nós, economistas brasileiros, deixamos de colocar no centro da nossa discussão, dos formuladores de políticas, as questões da superação dos entraves ao desenvolvimento, da recuperação da importância da distribuição da renda, da superação dos entraves estruturais, setoriais, da necessidade de entender os desequilíbrios que ocorrem entre as decisões de curto e longo prazo, as dificuldades que temos na escolha de tecnologias, na adequação dos melhores mecanismos para a geração de um crescimento equilibrado de longo prazo e sustentável. Levamos muito tempo com uma discussão focada em questões de políticas de estabilização, em política macroeconômica de curto prazo, em discussões sobre a estabilidade da economia.

Acredito que este Centro vai resgatar essa tradição e tentar atualizá-la. Ele terá um papel importante na formação do pensamento. Vai seguir a tradição de Celso Furtado, que era um homem de pensamento, de interpretação, que acreditava que mais importante que conhecer o mundo era transformar o mundo. Era um homem de Estado, como foi lembrado aqui pelo prof. Belluzzo, um homem de políticas de intervenção, as que permitiam transformações para o desenvolvimento. Sem transformação, sem mudança, não é possível haver desenvolvimento. O desenvolvimento não é um processo quieto e calmo. É um processo transformador, com conflitos, no qual ocorre a superação das desigualdades e dos desequilíbrios.

Estou também satisfeito de estar aqui representando a Petrobras. A prof. Maria da Conceição lembrou que nós às vezes somos chamados de nação amiga, mas a Petrobras é, em primeiro lugar, uma empresa que tem alguns valores importantes, pois ela baseia sua estratégia no crescimento. Ela precisa crescer. Fundamenta sua estratégia na rentabilidade, porque precisa ter um crescimento sustentável; sem, entretanto, esquecer o terceiro pilar fundamental de sua estratégia, que é sua responsabilidade social. É uma empresa que tem como valor fundamental a brasilidade, o relacionamento com o Brasil, a responsabilidade com o cresci-

mento brasileiro. Somos uma empresa cuja atividade representa (os números não são muito precisos), entre 7 e 9% do PIB brasileiro. Se além disso, incluímos os efeitos para trás dos nossos investimentos, nós vamos falar de alguma coisa em torno de 16 a 18% do PIB brasileiro como resultado de nossas decisões.

Portanto, as decisões da Petrobras não podem ser decisões que olhem apenas para os objetivos da empresa. As decisões da Petrobras precisam levar em consideração os seus impactos sobre o conjunto das atividades do Brasil. Não somos somente uma empresa importante no dinamismo brasileiro. No ano passado tivemos 23,7 bilhões de reais de lucro, mas tivemos também 26 bilhões de reais de investimento. Sabemos que os nossos investimentos hoje forçam e levam diversos setores da economia brasileira ao limite de sua capacidade. Estamos enfrentando limites de capacidade de expansão dos setores fornecedores dos bens e serviços que usamos.

Nós temos uma previsão de investimentos para 2006 da ordem de 38 bilhões de reais. São investimentos em torno de 15 a 16 bilhões de dólares durante o ano de 2006. Certamente, esse investimento vai ter um impacto enorme no dinamismo da economia brasileira. Não se pode pensar isso só do ponto de vista empresarial. Temos que pensar também do ponto de vista de seus impactos no crescimento do mercado. Mas, além da análise dos efeitos para trás da atividade da Petrobras, temos que analisar também uma outra dimensão da empresa, sua dimensão de integração e expansão internacional, sua participação no mundo na área da geração de energia. Energia no sentido amplo, não só hidroeletricidade, para não criar ciúmes aqui com os nossos amigos da Eletrobrás. Nesse sentido, também, me parece que não dá para se analisar esse papel da expansão da Petrobras exclusivamente do ponto de vista microeconômico, do ponto de vista apenas da empresa, mas também precisam ser levados em conta seus efeitos sobre os processos de desenvolvimento, sobre as transformações.

Por tudo isso, estamos muito satisfeitos por retomarmos e participarmos dessa discussão sobre o desenvolvimento aqui no Centro Internacional Celso Furtado, bem no momento em que alcançamos auto-suficiência na produção de petróleo. Isso significa que seremos um dos poucos países do mundo – porque até os países produtores têm problemas de capacidade de refino – com capacidade interna de refino e de produção de petróleo suficiente para atender ao mercado internacional. Isso dá uma autonomia de expansão e eleva nossa capacidade de gestão das flutuações e das crises referentes à energia no mundo, que hoje é um dos fenô-

menos fundamentais da economia mundial. O que significa, para o Brasil, estar numa posição excepcional que permite o planejamento de longo prazo, sem que seus impactos sejam demasiados sobre a economia brasileira.

Compreendemos, com isso, que não podemos isolar nosso mercado do mercado internacional. Porém, podemos fazer com que os impactos sejam muito mais suaves sobre o mercado nacional do que os do mercado internacional. É por esse conjunto de questões que vejo uma perfeita identidade de propósitos e de interesses entre a Petrobras e o Centro Celso Furtado.

Portanto, é com muito orgulho que participo desta mesa. Infelizmente, dado às atividades burocráticas decorrentes de ser presidente da Petrobras, não poderei assistir às conferências. Tenho certeza de que estas serão contribuições importantes na direção de um conhecimento mais aprofundado de nossos problemas e que com certeza provocarão novas idéias para ajudar a definir caminhos para as mudanças que precisamos em nosso país. Muito obrigado.

L.G. BELLUZZO. Muito bem, vamos passar direto aos debates. Cada expositor terá meia hora, improrrogável; depois, abriremos o debate para o público. Com a palavra o prof. Antonio Barros de Castro.

ANTONIO BARROS DE CASTRO. É uma grande satisfação estar aqui, neste debate inicial do Centro. Seguirei à risca as recomendações do prof. Belluzzo quanto ao procedimento do nosso querido prof. Celso Furtado. Ou seja, como ele, vou tentar, focando sempre em última análise o objeto Brasil, vou tentar pensar usando um pouco aquilo que Furtado chamava, na *Fantasia organizada*, de “os ares do mundo”. Ou seja, as idéias que estão nascendo, se desenvolvendo, se consolidando, e os grandes fatos deste mundo. E, finalmente, ainda por sugestão do prof. Belluzzo, privilegiando a idéia de potencialidade e transformação. Rigorosamente, portanto, dentro das sugestões aqui mencionadas. A segunda observação inicial é que não tenho a mais remota possibilidade de burilar um texto; estou trabalhando tanto quanto posso aqui no Banco, de maneira que vou desenvolver as idéias assim um pouco tateando e buscando colocá-las da melhor forma que consigo.

O grande tema de Furtado, que é o nosso tema, é o objeto Brasil, como pensar o Brasil. Começaria então lembrando – isso vai nos acompanhar um pouco ao longo da exposição – que o Brasil, quando Furtado começa a pensá-lo, já vinha sendo pensado por alguns clássicos, mas, sobretudo, digamos, o Brasil econômi-

co, a problemática econômica brasileira, carecia bastante de molduras teóricas e Furtado tem a ousadia de tentar formular, criar, propor uma moldura própria. É um ato de grande rebeldia intelectual, de grande ousadia intelectual. Por quê? Porque na realidade, aí por volta de 1952, 54, 56, há uma dominância completa de dois paradigmas. Furtado não se encaixa em nenhum dos dois. O primeiro paradigma, como nós bem sabemos, muito antigo, é o que crê que o relevante, quando se toma uma realidade, não é partir de suas especificidades, de sua historicidade, nada disso. É ver o que é que está travando a mão invisível.

É assim que Adam Smith revê todo o mercantilismo e tudo o que vem antes dele. O que é que travava o império do mercado, o que é que travava a mão invisível nesses países. É toda uma agenda que está implícita nessa proposta. Qual é a agenda? É a agenda da liberação da mão invisível. Essa certamente não é a abordagem furtadiana. Essa é grande tese da convergência da qual Celso Furtado, e muitos outros, não compartilham.

Pois bem, mas Furtado é também um rebelde em relação à outra grande tradição, a marxista. Certamente, ao pensar Brasil, Furtado não se coloca uma questão propriamente marxista. Ele não se pergunta em que estágio da transição do feudalismo para o capitalismo ou do capitalismo para alguma outra coisa se encontra o país. Certamente não pensa em termos de modos de produção. Ele coloca a coisa com enfoque muito mais claro, objetivo e próximo do concreto. Refiro-me sumariamente a isso, logo a seguir. Tampouco aceita que o problema da pobreza do Brasil seja um problema de espoliação, de perdas decorrentes do imperialismo. Muito pelo contrário. Em Furtado fica claro que o problema é de estrutura.

Ou seja, há uma estrutura peculiar latino-americana, uma subestrutura peculiar brasileira. Uma das melhores obras do Furtado, a meu ver, sem dúvida alguma, é o trabalho dele sobre a Venezuela, em que magistralmente capta uma estrutura, que é a economia petroleira, e desenvolve as propriedades dessa estrutura. A partir do desenvolvimento das propriedades dessa estrutura petroleira, ele cria um marco teórico que 10, 20 anos depois, seria apropriado pelo mundo árabe e hoje é muito referido no Oriente Médio como um ensaio-matriz.

Furtado pensa estrutura. A partir daí ele é um dos pensadores do subdesenvolvimento como uma estrutura peculiar. É claro que há muitos outros que contribuem decisivamente – Myrdal, Paul Baran, etc. –, mas não vamos falar sobre isso agora. A questão é a constituição do objeto. Que objeto é esse? O que é capaz de mover

esse objeto? Qual é a potencialidade guardada nesse objeto, nessa estrutura? Como é que ela fica, deixada espontaneamente, e como é que ela pode ser transformada para sair do seu movimento espontâneo e ir se adequando a movimentos ascendentes que procuram levá-la a outro nível, a outro estágio, e assim por diante?

Paro por aqui essas pré-considerações conceituais, analíticas, e salto para um tema contemporâneo, tendo por trás essas idéias. Onde nos encontramos, em termos de países, de economias? Preciso ser absolutamente simplificador, sumário, mas diria, antes de qualquer coisa, que não houve convergência alguma, senão no interior de certos blocos. No continente europeu houve uma convergência. Mas no mundo como um todo não houve. Lembremos um dado de David Landes: no passado, antes do capitalismo, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres era de cinco vezes; recentemente, uma das estimativas existentes a esse respeito diz que a diferença entre o mais avançado e o mais atrasado saltou de cinco para quatrocentas vezes. É uma mudança que dispensa qualquer comentário. Pois bem, agora nos perguntemos: esse outro mundo, composto de economias tão diferentes, que blocos, que tipos de economias ele contém? Mais uma vez vou fazer uma simplificação, convicto de que comparar, fazer tipologia, é um passo muito importante do pensamento.

Diria que a literatura, incluindo aí algumas obras relativamente recentes, distingue quatro tipos de economia. Existem, desde logo, as economias desenvolvidas. A seguir, diria que existe aquilo que Alice Amsden chamou de “resto” em seu livro *The Rise of “The Rest”*. É uma palavra cruel, vem de uma classificação anglo-saxônica, mas aqui não estou usando a classificação da Alice, porque o meu objetivo, o meu processo analítico é outro. Na realidade o “resto” aqui é o resto mesmo. Ou seja, os que sobraram, literalmente. É Haiti, Birmânia, Bolívia, em certa medida Bangladesh, etc., que estão quatrocentas vezes atrás. Esse resto não conseguiu embarcar, em nenhum sentido, no mundo contemporâneo, perdeu as origens, para as quais não consegue voltar e tem um dramático problema de identidade. Mas agora vem a grande novidade. É o terceiro grupo.

O terceiro grupo ninguém previu. Se alguém, em certa medida, em certo sentido previu, foi Marx no prefácio do *Capital* à edição alemã, quando fala dos saltos que têm de dar os mais atrasados, que vêm no mais adiantado a imagem do seu próprio futuro, entre aspas, decerto. É o grupo que fez emparelhamento, o grupo do *catch up*. É o Japão, é a Coréia, neste momento é a China, é a Irlanda. O grupo

de países que, de alguma maneira, conseguem espetacularmente assimilar técnicas e saltar de uma posição bem inferior para uma posição de rápido emparelhamento, sob vários pontos de vista, com os mais adiantados. O tema nunca foi tão candente, dado que agora também a Índia aparentemente está embarcando num *catch up* muito respeitável. Depois vem o quarto grupo, de mais difícil denominação, que é um grupo vastíssimo, uma vasta planície. É nesse grupo que nos encontramos desde 1980. É uma vasta planície, na qual as técnicas capitalistas vão chegando aos poucos, mas não há saltos. O Brasil de 80 em diante não dá mais salto algum, administra uma certa mediocridade em termos de evolução, ainda que mude bastante ao longo do tempo.

Certamente, não é uma situação de paralisia, estática. Mas é, sim, uma situação relativamente plana, em que ele não consegue absolutamente saltar lá para diante. Pois bem, vamos nos perguntar, por um momento, sobre as explicações existentes para essa tipologia, para essas quatro posições. É claro que não há nenhuma teoria definitiva a respeito. É claro que esse é um objeto, por um lado, o mais nobre, talvez, dos objetos e, por outro, complexo, difícilíssimo, mas merece que façamos um mínimo de indagações. Diria que existe uma matriz, à qual não posso deixar de me referir, pois ela é onipresente, que é a matriz smithiana. A matriz smithiana, repito, é aquela que diz que o problema é soltar a mão invisível do mercado, reproduzir as instituições das economias de mercado que dão certo. Essas instituições seriam progressivamente acolhidas pelos outros países. A matriz de Adam Smith foi enormemente reforçada e é esmagadora hoje na Universidade, no centro do mundo. Por exemplo, em Oxford, onde estive recentemente, nota-se algo sufocante nesse sentido. Por quê? Porque através de Douglass North, Oliver Williamson e vários outros a matriz smithiana foi profundamente revivificada, recauchutada. Pessoalmente, e aqui é superficial o meu posicionamento, acho que o poder de explicação dessa matriz é muito limitado, é pouquíssimo poderoso. Até porque, por um teste simples, que pode ser sugerido pela própria tipologia, seria possível perguntar qual é a diferença entre o “resto” do mundo, Haiti, Bolívia, etc., os países da mediocridade e os países do *catch up* segundo essa abordagem?

Ou seja, o Haiti e a Bolívia estariam gigantescamente distantes, do ponto de vista institucional; os da planície já fizeram algumas reformas estruturais, mas faltam outras, e os do *catch up*, esses se adaptaram às regras ocidentais. Essa proposição vira um alvo fácil com uma saraivada de argumentos que não posso

usar aqui, mas ela não resiste, até porque no caso da tentativa, repetida, reiterada, de usar essa explicação para os casos de *catch up*, beira o ridículo ou ingressa francamente nele. Eu, por exemplo, fui debatedor num congresso internacional em que um coreano, PhD em Minnesota, nos apresentou a Coréia e eu não sabia se ele estava falando da Coréia ou de um estado norte-americano.

Acontece que, como é da tradição do Instituto de Economia da UFRJ, há muito tempo estudamos a Coréia e somos relativamente bons conhecedores da distância abissal que vai da Coréia a um estado norte-americano. Mas eu diria, também, que existe certo interesse nesse tipo de proposição. Por exemplo, não resta dúvida de que em alguns desses países mais atrasados, digamos, o direito de propriedade não está inteiramente estabelecido. É verdade, e isso não deixa de ter conseqüências sobre os negócios. Não nego, embora não esteja entrando nos pormenores. Mas para que se possam compreender os diferentes níveis e os elementos da nossa tipologia através de desvios, pequenos, médios e grandes de um padrão, isso me parece realmente de uma vulnerabilidade extrema.

Certamente, o marxismo hoje tem pouco a dizer no debate. Pode, talvez, inspirar. Creio que praticamente todos, em certa medida, de tempos em tempos somos inspirados por idéias que procedem de Marx. Mas, enquanto corpo teórico, ele não está presente, não tem força, não tem vigor no debate, ainda que exista, subsista e tenha seus porta-vozes eloqüentes. Não vou fazer aqui história. O que digo é que para chegar ao nosso objeto, cumprir o compromisso que estabeleci no primeiro momento com o Belluzzo, ou seja, se quisermos fazer uma operação furtadiana, daquele tipo que defini no início, voltamos em busca da identidade brasileira, que era o velho problema do pensamento clássico brasileiro. Voltamos concretamente à questão mais focada na identidade da estrutura que se quer transformar, nas dificuldades que travam essa estrutura e no potencial dessa estrutura.

Agora vou baixar o grau de abstração e, em certa medida, tomar o assunto a partir desta casa, que participou muito do desenvolvimento econômico do país. Ela fez várias operações intelectuais, construiu propostas a partir de um debate muito fecundo e de uma prática intensa nos vários planos, nas grandes viradas, nos grandes e maus momentos da economia brasileira. Daí que eu me volte para esta casa e me pergunte como o velho BNDES fazia para identificar a estrutura e seu potencial num determinado momento? Uma pergunta importante, decisiva, acho eu. Nos anos 1950, 60, não havia dúvida alguma sobre como se fazia isso. No ba-

lanço de pagamentos, através das importações, que estavam explodindo, analisava-se a elasticidade-renda dos produtos, viam-se as elasticidades mais altas, e este era o foco natural privilegiado do projeto de desenvolvimento daquele momento. É um teste simples, que outros países latino-americanos não souberam fazer, não por falta de acurácia intelectual, mas porque não tinham as instituições necessárias para fazer essa operação. A verdade é que esta foi toda uma fase do nosso passado, foi a fase que construiu a nossa estrutura industrial, a nossa economia contemporânea (inclusive a contemporânea mesmo).

Há um segundo momento na vida do BNDES, muito controvertido, talvez jamais estudado, mas vivido por alguns aqui presentes, vivido por mim, até, em 1980, 81, 82. Esse momento foi quando, mais uma vez, nos perguntamos, depois de construída a estrutura industrial, como esta máquina avançaria, como fazer com que a economia prosseguisse, e como seria dali para frente? O que privilegiar? Não há crescimento homogêneo, é óbvio. O crescimento é puxado por alguns setores. Por onde e como vai ser puxado? Não entrarei em maiores detalhes sobre aquele momento, que foi rico e altamente controvertido, devo dizer apenas que se escolheu a tese da “inserção competitiva”. Trocado em miúdos, isso significava que o Brasil já havia construído a sua estrutura industrial e agora o que tinha a fazer era pegar as novas vantagens comparativas que nasceram junto com a constituição dessa estrutura, que surgiram e emergiram dessa estrutura, e dar-lhe condições para entrar no mundo. A inserção competitiva significa que não somos mais o mercado do café, somos o das indústrias que deram certo aqui. Tratava-se, agora, de projetá-las.

Daí em diante, não houve mais crescimento sustentado. Nunca mais houve capacidade de criar demanda ininterruptamente, permitindo à economia que descrevesse um ciclo de expansão. Não há ciclo de expansão sem demanda. A oferta pode ter o potencial que tiver, se o oxigênio é cortado – e o oxigênio é o mercado –, ela morre. A nossa história passa a ser então uma história nervosa de tentativas de expansão abortadas e assim por diante. Temos então esse crescimento de longo prazo de 2,6% em média. Não se encontrou o caminho.

Evitarei alguns problemas e irei direto ao ponto que me interessa. A questão é como se faz aquela operação furtadiana? Captar a identidade do objeto, o que lhe é peculiar? Com quais instituições podemos contar, quais são as que nos faltam e qual é o potencial? Como se faz isso? Não há fórmula, mas será que não dá para fazer isso no Brasil de hoje? Acho que devemos tentar. Este é o momento que

estamos vivendo. Em 1992, quando passei pelo Banco, não havia a menor condição de se formular sequer essa interrogação. No mês em que cheguei aqui a inflação foi de 22%. A perspectiva era de chegarmos à hiperinflação antes da sucessão presidencial. Em seguida vivemos a tragédia argentina. Lembrem-se do encurtamento do período Alfonsín e de toda a tragédia da hiperinflação argentina. Hoje estamos num outro quadro. Quanto ao crescimento, é bastante insatisfatório, mas, por outro lado, quanto ao referencial macro ele é, claro, como sempre, discutível, tem pontos vulneráveis mas é mais confortável do que em qualquer outro momento nos últimos 25 anos. Disso não há dúvida. É preciso muita má vontade para negar isso.

O fundamental é perguntar se nos foram dadas as condições mínimas de retaguarda. Aqui vou usar a obra de um amigo, Mustak Khan, um economista de Bangladesh, extremamente criativo, que publicou recentemente um artigo em que explora a diferença entre economias de mercado e economias capitalistas. Os orientais sabem que têm economias de mercado há séculos que, praticamente, não se moveram. Marx, por exemplo, não falava de economias de mercado, falava de economias capitalistas. Schumpeter, o que é ainda mais óbvio, estava se perguntando onde estaria o aguilhão capitalista. Voltando ao caso brasileiro, temos uma retaguarda de calma; alguns vão dizer que ainda faltam instituições, mas isso dirão eternamente. Sempre que for frustrante o desempenho, dirão que é porque não se fizeram reformas suficientes. É algo circular, não sai de si mesmo. Mas há os que acham que a calma, do ponto de vista macro é até razoavelmente confortável, pois então resta mobilizar o potencial desta estrutura. Estes estão diante de uma grande questão, uma questão furtadiana, no meu entender.

Estamos convencidos de que algumas das transformações pelas quais está passando o mundo, do ponto de vista tecnológico – e não só tecnológico – são extremamente interessantes para o Brasil. Convencidos de que o Brasil tem grande potencial em alguns blocos de indústrias, de segmentos (a indústria lato sensu inclui o agronegócio). Essa discussão está sendo feita no Banco e está avançando. O presidente do Banco anteontem inaugurou e presidiu a primeira sessão de um Comitê de Estudos Estratégicos. O que significa isso? Foram feitos vários trabalhos que nos dotaram de certos instrumentos de ação que não tínhamos, e atribuiu-se à inovação um papel importante, dando-lhe um novo manual de conduta. Na nova política operacional do Banco, a inovação está – e é importantís-

simo que esteja – apresentada como uma forma de deselitizar. Inovação ainda é pensada como algo próprio da biotecnologia, ou da eletrônica, etc., mas não se trata disso. A nossa idéia é de que o BNDES deve ser o agente, e só ele pode ser, da disseminação da inovação. Por uma razão muito clara: os outros membros, e agora somos membros do Sistema Nacional de Inovação, não têm contato com as indústrias simples, comuns e correntes, enquanto nós temos, de alto a baixo. Daí podermos ser um grande difusor de inovações.

Agora restam as perguntas: para quê, para onde? Qual o rumo? O rumo nos remete de volta, pela última vez, à questão furtadiana. Temos instrumentos, temos possibilidades e potencial, sim. Ele é revelado a olho nu a quem visita empresas, a quem discute, mergulha em numerosos, pequenos, grandes e médios aspectos da economia brasileira. Mas não há rumo. Será que algumas dessas revoluções por que está passando o mundo não são (a) revoluções importantíssimas e (b) revoluções em que o Brasil tem chance? Podemos fazer uma aposta e essa aposta é no sentido que o cruzamento de (a) revolução com (b) oportunidades no Brasil poderá ser muito fértil para nós.

Não posso adiantar o foco que teria essa proposta porque ela está germinando neste momento. Seria impossível, mas para não ficar completamente no abstrato, diria pelo menos que uma barbada nós não podemos evitar. A barbada é a economia do etanol com todos as suas derivações e os seus derivativos sistêmicos, que passam pela química e assim por diante. Sobre isso poderemos falar longamente. É um dos pilares, mas existem outros. Provavelmente mais três ou quatro, ainda não cabe discutir, mas caso se confirmem logo estaremos agindo, já dotados de instrumentos, já dotados do alerta inovativo e da possibilidade de inovar com instrumentos bastante ágeis, para tentar dar um rumo. Rumo a, b, c, d, um conjunto de direções que podem nortear e acelerar. Nada disso vai prevalecer se não houver oxigênio. Ou se os juros forem estratosféricos. Nada disso vai prevalecer se não sairmos da muralha do aprisionamento em que estivemos.

Mas, se sairmos, estaremos pensando nos rumos que nos nortearão. Se há uma coisa evidente na tecnologia e na economia contemporânea, é que ela se abre infinitamente. É muito flexível, e mais do que nunca será preciso o rumo para nortear decisões. Fiéis a Celso Furtado, estamos aqui buscando quais seriam esses rumos. Seria, como eu já disse, prematuro tentar defini-los, mas creio que ao fazê-lo nós estamos, na prática, prestando a maior das homenagens a Celso Furtado.

CARLOS LESSA. Quero em primeiro lugar agradecer por participar desta primeira mesa de debates do Centro Celso Furtado. Confesso que estive pensando em diversas angulações sobre o modo como traria ou procuraria contribuir para o objeto de reflexão nosso, que é Brasil. Começarei por dar razão ao presidente Lula quando, em recente entrevista ao *The Economist*, disse que não tinha sentido comparar o Brasil com (creio que mencionou) China e Estados Unidos. Podia ter, obviamente, se se comparasse à Irlanda, ou Coréia, ou Chile, ou Rússia, ou Índia. São os países, digamos, da moda. Dou inteira razão ao presidente Lula. Muito rapidamente, diria que considero uma maldição fazer do Brasil uma China, numa visão de longo prazo. A China hoje tem 1,3 bilhão de habitantes, 750 milhões estão no campo, a renda média do camponês chinês é um quinto da renda média urbana, e é, portanto, previsível um violentíssimo deslocamento de população do campo para a cidade. Na verdade, a população já se deslocou em grande parte para a cidade, criando junto com a industrialização chinesa um problema de rebaixamento de lençol hídrico que faz com que a China já tenha problemas com a produção de alimentos.

Se somarmos a restrição de petróleo, diria que o longo prazo para a China é extremamente inquietante. Não vou falar de Índia porque é um acinte: 350 milhões de hindus sobrevivem com menos de um dólar por dia. A Índia tem o duvidoso título de dispor de 40% do que as Nações Unidas consideram a miséria do mundo. Eu não quero para o Brasil a Índia. Tampouco quereria a Rússia, etc. Obviamente não vou brincar aqui de comparar o Brasil com o Chile, cuja economia é menor do que a do estado do Rio de Janeiro, e certamente no caso da Irlanda já vamos escorregando para o terreno da brincadeira.

Considero que todo e qualquer exercício deve mergulhar necessariamente nas suas características estruturais. Tentarei levar as minhas reflexões um pouco nesse sentido. Vou tentar trabalhar com um conceito absolutamente impreciso porque se situa entre aqueles famosos enunciados que para a história podem ter alto rigor mas quando se aproximam do concreto tendem a se esfacelar em uma porção de detalhes. Terei de usar uma colcha de retalhos. Lançarei um olhar sobre o Brasil de hoje e direi que o Brasil de hoje começa por sua população. Somos 183 milhões de habitantes, e tivemos algumas transformações de população extremamente intensas nos últimos 25 anos.

Por exemplo, a taxa de fertilidade no Brasil caiu vertiginosamente. Era, em 1960, de 6,3 crianças por mulher, hoje são 2,1 crianças por mulher. Estamos com

um crescimento demográfico anual de aproximadamente 1,6%, declinando, o que cria para o Brasil o que os demógrafos chamam uma janela demográfica. É uma janela de oportunidade demográfica, ou seja, a população em idade de trabalhar durante os próximos 20, 25 anos representará a maior parcela no conjunto da população, porque a população infanto-juvenil vai declinando e não está crescendo tão explosivamente o contingente dos que têm mais de 60 anos. Porém, a janela acaba produzindo um fenômeno chamado envelhecimento. Sinais nesse sentido já são visíveis no Brasil, porém, ainda teremos duas ou três décadas antes que o problema da terceira idade se coloque como questão central das políticas públicas.

Parece importante que qualquer conversa sobre futuro deva começar pela população. Todavia gostaria de chamar a atenção para o fato de que 80% da população brasileira está nas cidades. Esta é uma diferença espetacular, por exemplo, em relação à China, Índia, onde o seu movimento ainda vai produzir uma urbanização cujos resultados nesses países ainda ninguém pode prever. No Brasil já sabemos o que acontece. Já sabemos que no microcosmo urbano temos um macrocosmo de problemas como um todo. Mas não há nenhuma grande novidade significativa nesse domínio.

Começo olhando para algo com o que não concordo, que é a teoria do capital humano, que rejeito completamente. Já conseguimos formalmente universalizar o ensino fundamental, 97% das nossas crianças de sete a 14 anos estão inscritas na rede escolar. Apenas 3% estão fora. No ensino médio já matriculamos 40% da nossa população na idade correspondente. Por conseguinte, do ponto de vista quantitativo, houve uma ampliação significativa do espaço formal no sistema de educação nessas décadas de estagnação. Entretanto, e todos sabem disso, a qualidade é altamente discutível. Testes feitos com os estudantes do ensino fundamental concluíram que 55% deles apresentam gravíssimos problemas de interpretação de textos simples. Uma recente olimpíada internacional de matemática resultou para nós numa situação muito desagradável: numa classificação de 0 a 10, obtivemos a nota um. Aliás, também em relação ao ensino superior brasileiro: não sei como julgar, mas há uma classificação internacional de universidades e a única brasileira que faz parte dela é a Universidade de São Paulo, ocupando a 196ª posição. Imagino que o critério de classificação incluía produção de patentes e artigos citados, imagino que seja um agregado desse tipo. Mas, de qualquer maneira, mesmo se a educação não

é a chave do desenvolvimento, é um direito inequívoco da população. O nosso sistema cresceu, mas a sua qualidade é altamente duvidosa.

Já com respeito à saúde, nem tanto. A saúde bate no horizonte da vida e aí os nossos números são impressionantes, pois tivemos uma importantíssima redução na mortalidade infantil. A mortalidade infantil retrocedeu realmente de forma espetacular. Era de 52,7 crianças por mil nascimentos e caiu para 27 crianças em mil nascimentos, com tendência ao decréscimo. Então, está indo muito bem. Agora me deixem dizer outras coisas que são perturbadoras. Por exemplo, nós somos o campeão mundial em infecção hospitalar. Até já conseguimos matar um presidente, Tancredo Neves. Mas todos os anos são quatrocentos mil que morrem de infecção hospitalar, o que é muito inquietante.

Aliás, os dias comprometidos por infecção hospitalar superam os dias-leito de recuperação cirúrgica. Isso que tem um peso brutal sobre o desempenho do sistema de saúde como um todo. Existem ainda outros indicadores aflitivos, como, por exemplo, as cesárias. O Brasil é o campeão mundial de cesarianas. E o mais espantoso nisso é que na rede pública a percentagem de cesarianas é muito menor que na rede privada. Isso acontece porque paga-se mais a cesariana do que um parto normal. É a mercantilização que se expressa dramaticamente no indicador de cesarianas.

Digo isso para, rapidamente, pular à frente e mostrar que há uma outra dimensão que devemos ter presente, que se refere à dimensão do trânsito. No Brasil temos 1,4 milhão de quilômetros de estradas, dos quais 18% são pavimentadas. Temos alguma coisa como 33 milhões de veículos. Desses 33 milhões de veículos, 10 milhões têm 10 anos ou mais. Porém, o que é absolutamente assustador, é que temos cinco vezes mais acidentes de trânsito do que o Japão. São quarenta e cinco mil mortes em acidentes de trânsito por ano, trezentos mil hospitalizados com relativa gravidade, e, no total, um milhão de acidentes. Numa estimativa, isso custaria 21 bilhões de reais à nação. Literalmente temos um Vietnã no trânsito brasileiro. A guerra do Vietnã, em 10 anos, matou 50 mil norte-americanos. Nós estamos matando a cada ano, com a nossa infra-estrutura de transporte urbano e rodoviário, o equivalente ao total de mortos americanos na guerra do Vietnã.

Passemos para a questão da segurança, que é outro Vietnã. Temos o duvidoso título de ser o 4º país do mundo com o maior número de homicídios por 100 mil habitantes. Somos superados pela África do Sul, pela Colômbia e pela Venezuela.

É bem verdade que a maior parte dos países pobres não tem nem sequer estatísticas, porém a nossa posição é bastante incômoda nessa questão. Mas a estatística de 47 mil pessoas por ano, por morte violenta, é outro Vietnã. Novamente os nossos números são absolutamente assustadores pois quando pegamos a faixa de 20 a 24 anos verifica-se que há quatro vezes mais homicídios entre homens jovens do que mulheres. Começa a haver uma diferença entre a esperança de vida da mulher e do homem; a diferença já está em nove anos na cidade do Rio de Janeiro.

Sendo que nesse cenário há pelo menos um dado assustador que é a família uniparental. A família uniparental – a expressão é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE – normalmente tem o perfil de uma mãe jovem, pobre, com um ou dois filhos de pais que não assumem a paternidade. Essas famílias representam, no espaço urbano, as mais vulneráveis de todas. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, já formam 20% das famílias. É preciso ter presente isso pois toda a rede de creches do país é capaz de atender apenas a 4,71% das crianças na faixa etária correspondente. Não há, portanto, nenhuma alternativa para essas crianças. Mas elas estão nascendo em massa e essas mães formam o exército mais barato da carteira não assinada em atividades típicas de limpeza, conservação e coisas assim.

O que quero é chamar a atenção para o fato de que somos 187 milhões certamente em situação bem melhor que a dos chineses e a dos hindus. Porém, do ponto de vista de garantias republicanas e de padrões mínimos de dignidade, estamos com indicadores gravemente perturbadores. O pior é que eles não estão apresentando melhoria, a não ser em dimensões inteiramente formais. Por exemplo, festeja-se a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH brasileiro, mas essa melhoria está sendo construída em cima de alguns indicadores que não tomam em consideração as dimensões assustadoras que assinala, dos Vietnãs que existem dentro de nosso país.

Creio que aqui estou rigorosamente dentro do sonho de Furtado, dentro do sonho da minha geração, diria do sonho de todos aqueles que lutaram pela redemocratização do país, dentro do sonho permanente dos brasileiros, de construir uma sociedade em que as pessoas tenham uma qualidade de vida digna. Quero conceituar isso como, pelo menos, um salário mínimo decente, acesso à justiça do trabalho e à aposentadoria. Não pretendo mais que isso, mas acho que já seria admirável se acontecesse algo assim neste país. Para fazê-lo, dependemos de algu-

ma coisa chamada organização produtiva. Vamos refletir um pouco sobre organização produtiva como um todo, caminhando por ela em passos bem rápidos porque quero crer que, apesar do medíocre crescimento brasileiro, nos últimos 25 anos assistimos a importantíssimas transformações estruturais na nossa organização produtiva.

Inicialmente gostaria de remontar à República Velha. Naquele momento, tínhamos fundamentalmente um quadro, vou simplificar muito, cafeeiro – era o principal. O café tinha uma característica interessante pois a produção se fazia numa fazenda de brasileiro, a mão-de-obra era brasileira, o transporte ferroviário era feito por empresas brasileiras, o porto de Santos era operado por uma companhia com sede no Rio de Janeiro, cujas ações tinham sido lançadas na Bolsa de Valores no Brasil, no final do século XIX – a Companhia Docas de Santos –, os exportadores eram brasileiros, e os bancos do café eram brasileiros. A semente de espécie melhorada de café era do Instituto Agrônomo de Campinas. Isso era a República Velha.

O complexo cafeeiro podia ter todas as suas deficiências, mas era inequivocamente enraizado no país. O café e toda a sua cadeia produtiva tinham raízes no Brasil. Havia indústrias no Brasil, antes da industrialização. Quase todas, filiais estrangeiras. Começaram a operar industrialmente no Brasil por um ciclo muito conhecido como ciclo de Vernon. Controla-se o mercado, tem-se alguma dificuldade de importação, para garantir começam-se a importar componentes e vai-se progressivamente aumentando a complexidade das operações feitas no país. Essa indústria que havia no país trabalhava com bens não duráveis. Entre elas, as que ainda são as líderes dos seus setores respectivos. Estou pensando em Nestlé, Colgate Palmolive, Johnson & Johnson, etc. As grandes marcas *premium* das redes de supermercados têm todas mais de um século de existência no Brasil. Esse cenário era completado por concessões. A infra-estrutura era quase toda concedida a operadores, quase todos eles estrangeiros.

Funcionávamos com regras não definidas que vinham em grande parte da adaptação de contratos do tempo do Império; por negociações, vamos dizer, casuais, particulares e não generalizadas. Esse era o cenário. Depois de 1930 o cenário se modifica significativamente. No campo industrial, surgem os campeões nacionais, a Votorantim emerge de uma iniciativa de fundo de quintal, vira um grande grupo, é apoiado o grupo de petróleo Ipiranga, em seguida o grupo

Suzano, e o grupo Klabin, etc. Nasceram os que ainda são hoje os principais grupos industriais brasileiros. Nasceram a partir do fomento da carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil. Começam a surgir as estatais – pragmaticamente, porque frente à impotência do empresário nacional e do empresário estrangeiro, e frente à sua necessidade, iam se plasmando soluções pelas quais nasciam aqui e acolá empresas estatais.

As cadeias produtivas se intensificaram ampliando a sua articulação com aquela indústria que havia se montado ao se abrirem os cafezais. Na verdade, os empresários nacionais começaram a fazer uma porção de componentes que eram usados por essas empresas que dominavam, lato sensu, os não duráveis, para simplificar um pouco as coisas. Mas as cadeias foram se tornando mais complexas com empresas nacionais. O comércio, esse era predominantemente nacional, os empreiteiros começavam a surgir nesse cenário como um grupo dinâmico (e perturbador) de empresários nacionais; os bancos eram quase todos nacionais. Havia poucos bancos estrangeiros, que vinham de muito antes, alguns até do Império, mas em sua maioria perdiam posição dentro do total dos ativos financeiros.

As concessões foram sendo canceladas e o Estado recuperou o controle sobre algumas coisas, sendo as principais os recursos minerais e recursos energéticos renováveis. O Código de Minas e Águas foi decisivo para criar o formato jurídico adequado para esse segmento.

Agora um salto para a atualidade. Tempo de hoje, a agropecuária. Não estabeleçam nenhuma analogia com a República Velha, pois as cadeias produtivas da agropecuária brasileira não são nacionais nem estão enraizadas no país. Vou tomar a soja como exemplo, um exemplo complicado, visto que a produção de soja é de empresário nacional, parte do transporte, pelo menos o caminhão de estrada, é também nacional. E se acabou. O maquinário é todo ele de filiais estrangeiras, o fertilizante é todo ele de antigas unidades da Petrobras, da Petrofértil, que foram privatizadas para estrangeiros, a semente não é mais multiplicada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa; os exportadores são quatro grupos estrangeiros que controlam todo o negócio da soja. Na verdade, a soja não é uma cadeia produtiva enraizada num território chamado Brasil. Talvez a cadeia da carne esteja um pouquinho melhor. A do álcool e açúcar começa a dar sinais também de, vamos dizer, desnacionalização. Está aí a Dedini, resistindo, e pode ser uma bela alavancagem para explorar uma cadeia de etanol. Mas a Dedini fica

cheia de dedos junto aos bancos, porque o grupo Dedini, afinal de contas, não tem os melhores indicadores de saúde financeira.

Nós temos muitas cadeias produtivas, mas a maior parte não é nacional. Em algumas acontecem coisas espantosas. Por exemplo, nós somos grandes exportadores de couro, couro cru. Somos os maiores exportadores e supridores de couro de Hong Kong, China e Itália, nossos competidores no calçado terminado. E agora a nossa indústria de calçado está sendo destruída – ano passado perdeu 14.000 empregos. Por quê? Por uma combinação de taxa de câmbio complicada e *dumping* social que está sendo feito pelos chineses. Estão sendo contratados os técnicos brasileiros, os *designers* brasileiros e os gerentes das nossas fábricas estão fechando a operação. Por quem? Pelos chineses. Então, no futuro, teremos um sapato feito com couro de vaca brasileira, comprado de uma empresa na China, que usa tecnologia, entre aspas, brasileira, e que vai ser vendido pelo Carrefour a um brasileiro. É um processo interessante mas sou contra, é claro. Se a explicação é a globalização, então dançemos o tango argentino. Mas talvez seja bom compreendermos o processo.

Independentemente do meu estado de irritação com o quadro, é bom que todos saibam do que se trata. Temos ainda uma agricultura caipira, três milhões de pequenos proprietários que estão basicamente fora da economia de mercado, continuam liberando um pouco de gente para a rede urbana. Infelizmente, tem desaparecido mais agricultura caipira do que surgido novos assentados pelo processo de reforma agrária. Deixem-me dizer que nós temos uma política curiosa, pois carecemos de uma política focada nesses três milhões. Há cerca de 600 municípios – grotões – com mais ou menos 27 milhões de pessoas que são, na verdade, população rural num circuito muito precário. Quanto a isso, quero aplaudir o que vem acontecendo, principalmente a combinação de uma previdência social que concede aposentadorias com, pelo menos, um salário-mínimo, e que concede ao trabalhador rural que não foi contribuinte, após os 65 anos, o benefício de prestação continuada de um salário-mínimo.

A combinação desse benefício com o Programa Bolsa-Família está produzindo uma melhoria significativa no padrão de vida desses grotões. Não é irrelevante o que vem acontecendo. São 27 milhões de brasileiros num território que é quatro vezes a França. Logo, acho que tem todo o seu mérito e é bom aplaudir o que dá certo.

Quero agora passar para a mineração. Em mineração, nós tínhamos uma companhia, a Vale do Rio Doce, que foi privatizada numa operação absolutamente perdedora para o governo e o povo brasileiro. Essa mineradora tem o sonho de se converter em mineradora mundial para competir com a Billiton, que é a maior empresa de mineração do mundo, e com a Anglo Americana. Ela deixou de ser uma empresa estratégica para a integração nacional e tem a característica de recuar da metalurgia.

Vamos para a indústria. A indústria no Brasil avançou com ondas de criação de filiais acompanhadas desde o nascimento por empresas nacionais, associadas. Isso foi tipicamente algo do período de Juscelino, quando havia regras para montadoras de veículos. Autopeças deveriam ser empresa nacional. Essa foi uma onda. Outra onda aconteceu nos anos Geisel, quando houve uma multiplicação de empresas, principalmente relacionadas ao segmento de bens de capital. Eu diria que temos agora uma terceira onda que não parece associada à criação de empresas nacionais. É uma onda de compra por fusões e transferências que o nosso Banco Central gosta de chamar de investimentos, e que para mim é mudança patrimonial. A linguagem vai sendo modificada.

Em matéria de comércio, caminhamos do automóvel para grandes redes de comercialização, que não são nacionais. A segunda em tamanho é a Carrefour, a terceira é a Wal-Mart, a maior é a Pão de Açúcar, que era nacional, mas 50% dela já é do grupo francês Casino.

Deixem eu desviar para esse sistema que é protagonista central do jogo político econômico, em que não consigo perceber nenhum enraizamento neste país. Pelo contrário, vejo aí uma grande propensão a se globalizar. Por variados procedimentos. Pode ser desde a “belgificação”, que foi a maneira pela qual a AmBev [Companhia de Bebidas das Américas] se converteu em belga trocando ações com a Interbril, até fusões, compras, deslocamentos. A verdade é que a velocidade com que isso caminhou é impressionante. Para que os senhores tenham uma idéia, as doze empresas brasileiras que têm sinal verde para exportação, possibilidade de fazerem operações de exportação e importação sem prévia fiscalização da aduana, são todas estrangeiras. Não há uma empresa nacional brasileira operando com esse grande privilégio que é poder encurtar o ciclo de 30 dias para oito dias de recepção da mercadoria importada. No mundo do custo financeiro elevado, é uma vantagem decisiva.

Mas se nós formos para os bancos, verificaremos o mesmo, 27% dos ativos já são de bancos estrangeiros. Se nós formos para a mídia, não sei julgar, mas a publicidade já não é mais claramente nacional. Até o ensino superior começa a ser desnacionalizado, pois agora a legislação permite que as fundações se convertam em empresas e já houve compra de empresas universitárias.

Vamos analisar a principal característica de muitas delas, que é serem erosivas e corrosivas da ordem republicana. No mínimo, no nível da fiscalidade. No máximo, no nível das posturas da legislação. Quantas são, ninguém sabe. Pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, o Brasil tem 5,2 milhões de empresas, das quais, curiosamente, só 1,5 milhão tem empregados. As outras não têm empregados. Ou seja, na verdade é a empresa de um homem só; ou de um único empregador. Porém, estima-se que existam 10 milhões de empresas informais. O que é que se chama de empresa informal? Pipoqueiro da esquina é uma nano-empresa informal. O vendedor de milho é outro nano-empresário nacional. Como empreendedorismo ganhou charme, rebatiza-se todo mundo que sobrevive de alguma maneira na informalidade, como empresário de si próprio. É um truque interessante. E aí se diz que a nano-empresa gera emprego. Gera emprego informal, ou seja, sem o amparo da legislação previdenciária nem da legislação trabalhista. Quantos são, ninguém sabe ao certo. Conheço estimativas da economia informal no Brasil que variam de 40% da população economicamente ativa até 60% sobrevivendo na informalidade. Dez milhões de prédios urbanos não têm registro imobiliário. Dez milhões de empresas são informais. E por aí vai. Na verdade, existem, do ponto de vista republicano, dois brasis. Interpenetrados.

Mas essa economia informal guarda uma relação simbiótica com a formal. De grande complexidade. Creio que se formos olhar a organização produtiva pelo ângulo da informalidade, começamos a esbarrar em coisas muito interessantes. Por exemplo, o brasileiro que tem automóvel é o cliente das grandes redes de comercialização. Que já estão desnacionalizadas. A Nestlé vende para cadeias que não são nacionais. Isto é, o jogo é absolutamente fechado e passa muito mais por políticas externas do que qualquer formulação brasileira. Porém, o brasileiro pobre não tem automóvel, compra a pé. Comprando a pé, transporta pequenas quantidades. Então, ele permite que surjam redes secundárias de empresas nacionais comerciais, de porte muito menor. Essas redes, para poderem sobreviver, estão criando cooperativas de compra. Vai então se criando um sistema que

é diferenciado do outro. É como se tivéssemos, no âmbito da informalidade, fundando uma ordem republicana específica, que pode chegar, inclusive, à especulação imobiliária, construindo prédios de onze andares na Rocinha.

Aliás, a clonagem que esse mundo que sobrevive lateralmente faz do mundo organizado é impressionante. Na verdade, pode-se encontrar o equivalente lado a lado. Esse mundo da informalidade é que revela uma fantástica criatividade de novas formas. O interessante é que essas novas formas revisitam o passado. Por exemplo, os 10 milhões de veículos, com 10 anos ou mais, os caminhões de estradas, que no Brasil têm idade média de 17 anos, os tratores agrícolas, que até pouco tempo tinham idade média de 30 anos... Depois que as fábricas os retiraram de produção e que já não há mais autopeças ou peças de reposição, eles são mantidos em funcionamento por artesãos, mecânicos que mantêm essa frota funcionando. Esses mecânicos, o que são? Classificados de informais, por um lado, ou, quando têm o CNPJ, são empresas sem empregados. Quantos são? Ninguém sabe ao certo. Mas temos estimativas das sacoleiras: são 260 mil. É um dos elos de uma cadeia que é toda informal, que começa pelas costureiras *fashion* que não têm registro nenhum, passa pela indústria que tampouco tem registro e não paga ninguém, chega a um atacadista clandestino, informal, que suborna o guarda rodoviário para poder passar com a mercadoria e que a distribui para um exército de vendedores, sem nenhuma regularidade na ponta final de destino. Quantos são? Um pedaço imenso da produção de roupas é feito assim.

Claro que o neoliberal olha para isso e chega à seguinte conclusão: é porque o salário-mínimo no Brasil é muito alto e as vantagens trabalhistas excessivas (risos). Mas é isso mesmo, é a explicação que eles dão. É a explicação que é repetida, sem nenhum pudor pela mídia brasileira, por muitas figuras formadas na Casa das Garças. Certamente se pratica esse discurso como discurso central, e os seus epígonos multiplicam isso por todos os lados da vida brasileira.

Terminando, creio que essa questão da organização produtiva que temos, e de que organização necessitamos para dar o salto, é absolutamente crucial. Precisamos repensar a forma de organização produtiva do futuro brasileiro. Pensar o quê? Vamos ter que pensar, fundamentalmente, em seguro agrícola e crédito agrícola diferenciados. Teremos que imaginar como vamos fomentar os arranjos produtivos locais. É preciso pensar com muita propriedade em como estimular *tradings* de pequenas empresas nacionais.

Creio que existe uma inovação colossal. Mas a inovação a que me refiro não é tecnológica. É uma inovação de protagonismos. Permitam-me dar dois exemplos. Eu fiz uma caminhada pelo Brasil, facilitada porque era presidente do BNDES, e esbarrei aqui e acolá em algumas coisas. Vou contar só uma delas, embora gostaria de poder contar umas três ou quatro. Chama-se Nova Serrana. O que é Nova Serrana? É uma cidadezinha, sem muita expressão, a uns 70 quilômetros de Belo Horizonte. Em Nova Serrana se fabricam 51 a 52% dos calçados esportivos do Brasil. Fazem tênis, sapatilhas de balé, chuteiras, tudo isso. São quase 1.000 organizações com 17 mil empregos. Eles conseguiram se organizar como grande empresa para crescer. Têm central de compras, sistema de planejamento de modelos, de modelagem, manutenção de máquinas, treinamento de mão-de-obra, como se fossem grande empresa. Mas não são. De onde vieram? Da falsificação de tênis. Eles dominaram toda a engenharia reversa do tênis, fazendo tênis para ambulante vender como legítimos Adidas e legítimos Nike. Têm marcas próprias, exportam, têm modelos, e nunca serão comprados pela Nike nem pela Adidas. Por quê? Porque é mercurial. Se tentar comprar, esparrama e surge outra em outro lugar.

É nessas organizações que devemos pensar como prioritárias para tentar equilibrar um pouco o jogo. Ou então vamos ser um epifenômeno da globalização e um epifenômeno em que a transformação vai combinada com a estagnação. Estou absolutamente convencido de que o projeto nacional tem que mapear essa estrutura, que inclui também a economia solidária, outro item dessa trajetória.

Vou ainda falar de outra que não entra em lugar nenhum, mas que é muito importante: a Feira de São Cristóvão. É o maior equipamento de lazer da América do Sul. Cada fim de semana são 120 mil pessoas que vão à Feira de São Cristóvão. Ela surgiu de quê? Da improvisação nordestina de vender um pouco de rapadura que sobrava na chegada pelo pau-de-arara. Hoje tem nove mil pessoas lá, trabalhando. Tem banco próprio, agiota próprio, tudo informal, mas é uma organização que é imbatível no domínio da diversão popular.

São essas as formas que deveríamos criativamente pensar, batizando-as ou não como economia solidária, se quiserem. Não tenho nada contra a expressão, se bem que ache que entre os artesãos a solidariedade é próxima de zero. Eles competem entre si como pequenos-burgueses furiosos. Mas enfim, deixemos de lado isso, o que eu quero dizer é que esse é um tema sobre o qual o Centro deverá

se debruçar, dar alta prioridade, e incentivar a universidade brasileira a estudá-lo ao invés de fazer infundáveis teses sobre o que já é conhecido. Muito obrigado.

HELIO JAGUARIBE. Estimados amigos, membros da mesa, senhoras e senhores. Para mim é motivo de extraordinário prazer, e diria mesmo de honra, participar dessa iniciativa que considero extremamente importante, o lançamento do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Fui amigo de Celso por mais de 50 anos, partilhando as suas idéias, os seus projetos, mantendo com ele um permanente intercâmbio de idéias. É para mim motivo de grande satisfação, uma vez que não pudemos ter o privilégio de aqui o ter vivo, ter pelo menos a memória dele cultivada por este Centro, e não apenas como já foi observado pelos que iniciaram esta nossa sessão, como o museu das idéias de Celso, mas como um Centro dinâmico de continuação dos projetos, de inovação e de discussão da realidade nacional.

Confesso que estou encantado com o começo deste Seminário. As duas exposições que me precederam me pareceram excelentes, com o mérito de abordarem a matéria a partir de ângulos completamente distintos, o ângulo sistêmico do nosso Castro e esse conjunto de dados, de análise, esse mosaico de crises que nos apresentou admiravelmente o Lessa.

Pretendo apresentar uma breve exposição que consiste, na verdade, em perguntar como é possível retomar o movimento de desenvolvimento econômico e social que o Brasil foi capaz de empreender de maneira bastante exitosa dos fins da década de 1940 até fins da década de 1970, para mergulhar em seguida nessa lamentável estagnação em que nos encontramos nos últimos 25 anos.

Que passa com esse país? Algo disso me parece ter sido muito adequadamente focalizado pela exposição de Castro, onde ele discutiu os vários modelos supostamente suscetíveis de romper essa estagnação e mostrou que somente uma retomada de um modelo que seja uma forma reajustada daquele que dinamizou o Brasil nas décadas de 1950, 60 e princípio de 70 seria viável. O problema com que se defronta o Brasil é o da retomada de um enérgico desenvolvimento econômico e social. Distintamente do que ocorreu nas duas décadas precedentes, esse desenvolvimento não deve ser apenas econômico, mas ademais, e quase diria principalmente, um desenvolvimento incorporador das grandes massas, das marginalidades, um movimento que conduza à erradicação da miséria, a uma redução significativa da pobreza e da ignorância. Em suma, um movimento que seja, antes de mais nada, de recupe-

ração para a totalidade do país, dando uma forma digna à cidadania brasileira. Isso só é possível se retomarmos taxas de crescimento anuais não inferiores a 6%.

Contemplamos esses 25 anos em que taxas de 2 e 3% se foram sucedendo, condenando o país à estagnação, em nome de um equilíbrio macroeconômico fictício, que se logrou à custa, por um lado, de um crescente endividamento da União e dos estados e, por outro, dessa terrível estagnação em que nos encontramos nos últimos 25 anos. Como é possível superar isso, em que condições podemos retomar, de uma forma científica e tecnicamente correta, socialmente inovadora e politicamente viável o caminho do desenvolvimento?

Os obstáculos são muitos. Começaria observando o fato de que esses 25 anos de estagnação em que direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente foi se consolidando um pensamento único, neoliberal e monetarista, geraram uma séria depauperação do Estado, a qual, entretanto, não correspondeu a uma redução da despesa pública, mas, ao contrário, ao aumento do gasto de sustentação do Estado, com redução significativa de sua capacidade operacional. Esse é um dos problemas graves com que nos defrontamos: um Estado enfraquecido do ponto de vista operacional e intumescido do ponto de vista do gasto puramente vegetativo. Por outro lado, nos defrontamos também com uma preocupante presença da ideologia neoliberal nas equipes econômicas deste país.

É surpreendente como um homem como Fernando Henrique Cardoso, que obviamente era um social-democrata, tenha executado, embora denegando o fato, uma política neoliberal em economia. É surpreendente como um homem como Luiz Inácio Lula da Silva, obviamente um político voltado para uma idéia de desenvolvimento social e de uma forma moderna de socialização da sociedade, tenha conduzido sua política econômica para o neoliberalismo estagnante, embora proclame a prioridade do social, inibida, todavia, pela total manietação do Estado pela política atual. O Estado brasileiro, de um modo geral, e a União em particular, recolhem mais de 25% do PIB e não têm um tostão disponível para projetos prioritários. Por quê? Porque, por um lado, uma massa gigantesca de recursos é esterilizada pelo exagero dos juros, que absorvem algo como 25% da despesa da União. E, por outro lado, pelo fato de que o exagero da formação dos superávits primários impede a União de ter qualquer capacidade de investimento.

O Brasil é hoje um Estado com alta arrecadação e absoluta incapacidade de aplicar adequadamente os gigantescos recursos que retira da sociedade, e ao

mesmo tempo, ao fazê-lo, impede a iniciativa privada de possibilidades de acesso a essa poupança que é canalizada para o Estado e esterilizada pela política econômica neoliberal. Então, o problema é realmente o de reconstituir um Estado operacional e uma visão nova da economia e da sociedade, superar o neoliberalismo e mostrar como é possível uma política fortemente desenvolvimentista que não seja populista, que seja técnica e cientificamente correta, que seja socialmente incorporadora e politicamente viável.

Isto é possível, mas depende de que Centros como este que estamos agora inaugurando possam formular essas idéias. De que é que depende a retomada do desenvolvimento brasileiro? Em última análise, para mencionar apenas os aspectos internos, de duas condições. Que se supere a camisa-de-força do neoliberalismo e do monetarismo, por meio de uma proposta de projeto nacional idôneo tecnicamente, cientificamente, socialmente e viável politicamente. E, por outro lado, que se mobilize uma opinião pública que pressione, qualquer que seja o governo de turno, as autoridades a seguirem uma linha neodesenvolvimentista.

Estamos diante de uma situação extremamente perigosa. Se o próximo quadriênio, para o qual, tudo indica, vai ser reeleito o presidente Lula, mantiver a política econômica neoliberal que lamentavelmente marcou o primeiro quadriênio, este país começará a ter sérias dificuldades de sair da sua condição de subdesenvolvido. Por uma série de circunstâncias temos um prazo histórico curto para que logremos, com autonomia, alcançar um patamar sustentável de desenvolvimento, o que exige, além de muitas outras medidas, taxas anuais de crescimento não inferiores a 6%, ou seja, mais do dobro da que temos atualmente. Temos talvez 20 anos como prazo histórico para atingir esse patamar, pelas razões que exponho mais adiante. Mas se não o fizermos em prazo muito menor, vamos nos converter num mero segmento indiferenciado do mercado internacional, controlado, como muito bem disse Lessa na sua brilhante exposição, pelas grandes multinacionais, e politicamente subordinado à orientação de Washington. Este é o quadro com que nos defrontamos.

Ora, para lograr esse novo esforço de desenvolvimento, a combinação entre um projeto nacional válido e a incorporação desse projeto pela classe política brasileira, pelos dirigentes brasileiros, de sorte que o projeto não seja apenas uma retórica da Universidade e dos centros de pesquisa, mas uma realidade viva adotada pelas forças dirigentes do país, é necessário um empenho muito grande. Há

obstáculos internos e externos e há obstáculos de outra natureza de que o Brasil não está se dando suficiente conta. É o processo de incorporação crescente de setores decisivos da nossa economia – e com isso da nossa capacidade de auto-sustentação – por forças internacionais, que não são malignas no sentido de uma conspiração visando acabar com o Brasil, mas que têm uma lógica própria, um objetivo próprio, finalidades próprias. Essas finalidades são a lucratividade de um grande sistema, para o qual é irrelevante o que acontecer no território em que estão operando. Não há uma solidariedade com o território.

A solidariedade é com o sistema formador de lucros, que é absolutamente independente daquilo que convém para os territórios onde essas empresas operam. Isso é algo da maior gravidade e volto a lembrar os vários dados que foram apresentados por Lessa. Por outro lado, menciono o fato de que não somente nós dispomos de um prazo relativamente curto para poder retomar o nosso desenvolvimento, antes de nos convertermos num sistema que perdeu a sua autonomia e sua capacidade de auto decisão, mas nos defrontamos num prazo um pouco mais longo com um problema que não foi suficientemente elucidado de modo geral e certamente não o foi no nosso país. Esse problema reside no fato de que a civilização industrial, tal como se desenvolveu a partir de fins do século XVIII, tendo atingido sua plenitude em princípios da primeira metade do século XX, está ameaçada de não sobreviver, na medida em que a ela vão se incorporando setores cada vez maiores da população mundial. Por que foi exitosa a civilização industrial que vai da Inglaterra de fins do século XVIII até os Estados Unidos e a Europa da década de 40? Porque essa civilização estava restrita a um número relativamente pequeno de sociedades. E, portanto, de populações. O que é que vai acontecer na hora em que o desenvolvimento chinês jogar um bilhão e trezentos milhões de pessoas para serem participantes da civilização industrial? Mais de um bilhão de pessoas por parte da Índia? E outros bilhões por parte de outras regiões? Simplesmente a civilização industrial não comporta a participação dessas gigantescas massas.

Estudos feitos por diversas fontes idôneas – não vou aqui entrar em detalhes técnicos – demonstram a impossibilidade de sustentação simplesmente em termos de minérios indispensáveis à manutenção da civilização industrial, se a demanda desses minérios se generalizar para 10 bilhões de pessoas, como tenderá a ocorrer na segunda metade deste século. O planeta não sustenta tal civilização. O que é que vai acontecer quando começar a ficar patente que as fontes de sustentação

da civilização industrial estão se esgotando? A meu ver, poderia haver, teoricamente, idealmente, um grande acordo internacional que conduzisse a uma forma inteligente de utilização de recursos escassos e não renováveis em proveito da humanidade em geral. A tese é possível, é uma tese kantiana, da paz perpétua. Não é isso, entretanto, o que vai acontecer. O que vai provavelmente acontecer é que as grandes potências, diante do risco de perderem acesso a recursos não renováveis dos quais depende a sustentação de sua civilização, vão intervir de uma maneira autoritária e imperialista, de sorte a garantir o suprimento desses recursos, em detrimento do resto da sociedade humana.

Ou seja, nós temos um prazo relativamente curto, dado pela história observável, que eu diria que não é maior que 20 anos, para atingirmos um patamar satisfatório de desenvolvimento auto-sustentável. Mas, se não conseguirmos fazer isso em um certo prazo, não faremos mais na segunda metade deste século, porque a civilização industrial vai entrar em crise de abastecimento de produtos relativamente escassos e as grandes potências vão se apoderar desses produtos em detrimento das sociedades que serão reduzidas àquilo que Castro chamou de “resto”, como Bangladesh e outras sociedades desvalidas do nosso tempo.

Diante disso, surge a pergunta: que fazer? Isso depende, desde logo, da combinação de uma proposta válida, a partir de Centros como este que estamos inaugurando e de outros que felizmente existem em nosso país, que substitua o pensamento único do modelo neoliberal monetarista por um modelo neodesenvolvimentista que seja tecnicamente correto, socialmente incorporativo dos marginalizados e politicamente viável. Este é o problema com o qual este Centro e outros se defrontam. Cabe-nos, continuando a grande tradição de Celso Furtado, empreender um esforço analítico e propositivo que permita a formulação de projetos de desenvolvimento nacional consistentes em todas as dimensões relevantes. Por outro lado, é necessário que se empreenda um esforço de difusão dessas idéias de tal maneira que, independentemente dos eventos eleitorais, de quem venha a ocupar o poder, surja por parte da sociedade brasileira a demanda de que determinadas coisas não podem deixar de ser feitas. Há um repertório mínimo de exigências de Estado, de exigências nacionais, independentemente de partidos, de conveniências políticas de qualquer circunstância, requisitos de sobrevivência nacional, que precisam ser colocados com absoluta nitidez e têm que exercer um efeito constrangedor sobre qualquer governo que venha a ser eleito pelo povo

brasileiro. Chamo a atenção dos amigos para a absoluta relevância de que se reveste o próximo quadriênio.

Tudo indica que o presidente Lula vai ser reeleito. Com o presidente Lula nós temos um homem com certas qualidades manifestas. Um homem extremamente inteligente, como ele demonstrou, uma pessoa humana de excelente qualidade, um homem que tem efetivo compromisso com a idéia do desenvolvimento econômico e social. Coisas extremamente positivas. Por outro lado, um homem que, no primeiro quadriênio, se deixou controlar pelo neoliberalismo, que deixou que o vandalismo econômico do Partido dos Trabalhadores praticasse os abusos que os inquéritos estão revelando. Em suma, aspectos extremamente negativos cercam esse governo, que tem aspectos tão positivos. O problema é criar na opinião pública, a partir de instituições como a nossa e de outras, uma demanda de tal ordem que conduza o novo governo a ser concomitantemente, como eu creio que será, dotado de grande carisma social e apoiado em um núcleo suficientemente capacitado de gestores técnicos que assegurem a eficiência da administração pública e implementem um projeto econômico e social alternativo ao neoliberal.

De um lado, quais são os requisitos para que seja possível essa retomada do crescimento brasileiro, a partir da idéia de que Centros como o nosso sejam capazes de formular uma proposta válida? E, de outro lado, quais são as condições sociopolíticas que permitam que essas propostas se revistam de grande capacidade de pressão, de tal maneira que balizem os governos futuros, não apenas no próximo quadriênio, mas, na verdade, nos 20 anos que temos pela frente e no curso dos quais devemos conseguir a ascensão à condição de um desenvolvimento satisfatório, auto-sustentável e autônomo? Bem, creio que isso implica várias dimensões. Dimensões internas de um lado, dimensões externas de outro. Começaria pelas internas. Como resultou um pouco da exposição feita por Antônio Castro, diria que as sociedades ocidentais se dividem claramente em dois grupos. Vamos, para facilitar, não incluir as orientais, que tornariam a análise mais complexa. Em um grupo, temos aquelas onde a cultura da sociedade, a sua experiência histórica e outras circunstâncias favorecem o empresarismo individual. Eu as chamaria de “sociedades Adam Smith”. No outro grupo, estão as sociedades em que o empresariado e a mobilização da sociedade para grandes projetos dependem de uma iniciativa promotora do Estado. Essas, eu chamaria de “sociedades colbertianas”. A história do Ocidente é uma demonstração disso. Países como a Inglaterra, a Holanda, ou os escandinavos e, por extensão da Inglaterra, os

Estados Unidos, lograram um extraordinário avanço econômico, tecnológico, social, etc. a partir, predominantemente, embora não exclusivamente, de iniciativas particulares. A iniciativa particular teve uma fertilidade criadora evidente nesses países, o que gerou a ideologia neoliberal que diz que se deixar o mercado atuar, tudo vai bem. Não é assim em todos os países. O mercado atua melhor em certos lugares e muito menos bem em outros lugares.

Como os países da Europa continental lograram esse apreciável grau de desenvolvimento? É claro que existe o empresário alemão, o empresário francês, o empresário italiano, não há a menor dúvida. Entretanto, o empresariado europeu foi orientado, estimulado e promovido para a sua atividade por intervenção do Estado. Foi a atuação de Bismarck que gerou a grande Alemanha industrial. Foi a atuação de Napoleão III, essa figura que ficou um pouco prejudicada por alguns aspectos negativos do seu governo que, sem embargo, gerou todo o esforço de industrialização da França, graças ao qual a França pôde ascender ao século XX. E no período de grande crise da sociedade francesa, foi a intervenção mobilizadora de De Gaulle que mais uma vez retirou uma França que estava resvalando para a condição de país de Terceiro Mundo e a restaurou em sua condição de país desenvolvido. Ou seja, a experiência européia demonstra, não que o Estado pode ser tudo – a experiência soviética demonstrou a extrema falácia desses exageros do estatismo –, mas que a intervenção mobilizadora, a intervenção propiciadora, a intervenção incentivadora e apoiadora do Estado é absolutamente indispensável nas sociedades que têm cultura colbertiana. Somos claramente uma sociedade colbertiana. Tivemos uma atuação extremamente profícua do Estado em vários momentos da nossa vida republicana. Desde a grande renovação trazida pela revolução de 30, pela emergência da classe média como protagonista importante, rompendo o conluio latifúndio-mercantilista que marcava a República Velha, vários episódios da nossa história o demonstram. Não vou relembrá-los, para não perder tempo, mas apenas recordar dois momentos fundamentais de nossa história recente: o governo Vargas, sobretudo o segundo governo Vargas. Mas já no próprio Estado Novo, apesar dos defeitos inaceitáveis, decorrentes da origem autoritária do Estado, a racionalização do serviço público, feita pelo DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], gerou um Estado que foi capaz, a partir do segundo governo Vargas e do governo Kubitschek, de atuar de uma maneira extremamente propícia para a fomentação do grande desenvolvimento que conseguimos lograr nesse período.

Portanto, a primeira condição é que tenhamos um projeto nacional válido, para o qual uma instituição como esta que estamos agora fundando não poderá deixar de ser um importante participante. A segunda condição fundamental é a constituição de um poder mobilizatório das novas idéias que contamine o conjunto da sociedade brasileira e obrigue qualquer governo que venha a ser eleito a seguir as linhas mestras de um novo desenvolvimento. Mas isso depende de algumas outras circunstâncias. Diria que é necessário conjugar esse esforço doméstico com uma visão internacional. Foi possível nas décadas de 1950 e 60 executar de maneira brilhante e com muito êxito o projeto nacional desenvolvimentista do qual eu diria que o ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], de que tive o prazer de participar, foi um importante agente promotor. As idéias do ISEB e do nacional-desenvolvimentismo tiveram efeito fertilizante no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek. O que é que se passa agora? É claro que necessitamos, dentro das novas condições do mundo e do Brasil, de um novo projeto do tipo ISEB, e eu creio que um Centro como esse que estamos fundando poderá ser uma dessas agências.

Mas o problema é que o nacional-desenvolvimentismo, nas condições do mundo atual, se tornou muito difícil. A Nação perdeu a capacidade de autonomia de que dispunha nas décadas de 1940 e 50. Hoje, a globalização terrível, da qual Lessa nos deu tantos exemplos, faz com que o puro embasamento nacional, independentemente de outros apoios, seja insuficiente para conter a gigantesca onda de colonização, de neocolonização, de domesticação, que se exerce sobre nós desde o mundo desenvolvido, notadamente das superpotências. Diria que uma condição externa necessária para que o novo projeto nacionalista possa prosperar é a de se consolidar o Mercosul e de se caminhar seriamente para esse projeto, que este governo muito acertadamente está tentando realizar, no sentido de consolidar o sistema, ou melhor, a comunidade sul-americana de nações. Para que venha a prosperar a comunidade sul-americana de nações, para que ela deixe de ser simples desiderato retórico, como agora é, e se torne uma entidade operativa, o segredo evidente é a consolidação do Mercosul. Essa consolidação, por sua vez, depende fundamentalmente do estreitamento apropriado da aliança argentino-brasileira à qual se deve somar, e felizmente se está somando, a intervenção da Venezuela. O eixo Argentina-Brasil-Venezuela, esse triângulo tem um gigantesco poder de aglutinação do sistema sul-americano para imprimir-lhe uma margem de autonomia que constitua barreira satisfatória para a preservação da autonomia nacional dos países membros.

Para isso será necessário por parte do Brasil uma visão muito inteligente. Não basta proclamar a necessidade desse triângulo como núcleo duro da organização do Mercosul e do sistema sul-americano. É necessário compreender, de uma maneira muito lúcida, que um movimento desses tem de se fazer pagando certo preço. Não basta o Brasil dizer “vamos!”. É preciso levar em conta as necessidades reais dos países-membros do sistema Mercosul, que não estão tendo, a meu ver, suficiente atendimento, desde logo, por parte do Brasil, como também, guardadas as proporções, por parte da Argentina. Há sérias queixas do Uruguai e do Paraguai em relação ao Mercosul, no sentido de que se sentem utilizados para fazer número mas têm proveitos insuficientes dentro do sistema. Há um pouco de exagero na queixa desses países menores, na medida em que, se examinarmos sua economia, observaremos que algo como 50% das exportações do Uruguai e do Paraguai vão para o Mercosul. Portanto, essa capacidade de absorver uma produção que não teria mercado alternativo tão propício é algo muito importante. Mas, obviamente, é necessário caminhar muito mais. Ou seja, o Mercosul e todo o sistema que queiramos fazer na América do Sul a fim de imprimir densidade internacional suficiente para conter as pressões externas gigantescas que vão se exercer sobre nós, necessitam mais do que um acordo de tipo político. É necessário formar um projeto industrial, inicialmente “mercossulista”, expansivo ao conjunto da América do Sul. É necessário estabelecer, por meio de acordos de Estado e também de estímulo da iniciativa privada, medidas que conduzam à formação de binacionais e multinacionais sul-americanas, que permitam que cada um dos membros do sistema Mercosul aí encontre algo que não é apenas uma solidariedade moral, mas medidas efetivas que atendam a suas demandas econômicas e necessidades culturais. E o Brasil tem que jogar papel decisivo nisso. Ninguém exerce a hegemonia que não seja por meio de condições que dêem respostas para os demais países.

Mencionaria a esse respeito a seguinte reflexão: se considerarmos a história e, no curso da história, a forma pela qual o fenômeno da hegemonia foi exercido, observaremos que ela se limita a três modalidades. A mais usual é a hegemonia exercida coercitivamente. Hegemonia assíria na Mesopotâmia, hegemonia romana na bacia do Mediterrâneo, espanhola nos séculos XV e XVI, hegemonia inglesa, hegemonia americana... Essas são hegemonias coercitivas. O Brasil não tem nenhuma possibilidade de exercer uma hegemonia coercitiva no Mercosul e na América do Sul. Uma segunda modalidade, muito rara, mas que é interessante mencionar, é a hegemonia por fascínio. Existem alguns exemplos históricos. É o

caso de Florença, uma pequena cidade, sem nenhuma importância militar, política e populacional e que, entretanto, no Renascimento exerceu uma extraordinária hegemonia através do fascínio dos seus artistas, dos seus intelectuais. Outro exemplo de hegemonia por fascínio foi a da França de Luiz XV. Perdeu todas as guerras e, não obstante, o francês, por causa dos filósofos, de Voltaire, de Rousseau, tornou-se a língua predominante da Europa, embora a hegemonia político-militar tivesse sido transferida para a Grã-Bretanha. O fascínio da cultura francesa corrigiu as deficiências político-militares e econômicas da França (nós temos as mulheres mais bonitas do mundo, mas não creio que seja suficiente para o exercício de uma “hegemonia por sedução”...).

Assim, eu diria que só nos resta a terceira modalidade da hegemonia, que consiste no exercício de propor aquilo que é bom para todos. Propor um projeto comum que seja bom para os participantes. Somente através de um projeto de otimização partindo do Brasil para o Mercosul e para a América do Sul conseguiremos transformar em sócios operacionais essas instituições, esses países, esses sócios retóricos. O Brasil deve pagar certo preço como o país de maior densidade populacional e econômica do sistema, para que as suas propostas, no sentido da formação de sistemas que autonomizem os países da região, sejam reconhecidas como altamente convenientes para cada um dos outros. É através da combinação desses elementos internos com os elementos externos que eu creio que será possível recuperarmos o tempo perdido. Terminando mencionando que, se não o fizermos, o nosso destino será extremamente lamentável. Já há indicações, e mais uma vez lembro os dados apresentados por Lessa, que são ilustrativas da medida em que é profunda e ampla a margem de desnacionalização a que nosso país já está submetido. Se continuarmos nesse processo, num prazo muito mais curto que aquele de que dispomos para afirmar o nosso desenvolvimento autônomo vamos nos converter em mero segmento indiferenciado do mercado internacional. O que vai acontecer? As pessoas que estão ligadas às multinacionais de certos setores vão viver muito bem. Mas vão viver na medida em que vivem muito bem os brasileiros que habitam em Miami. É mais ou menos a mesma coisa.

O Brasil pode virar uma gigantesca Miami, onde algumas pessoas poderão ter vidas pessoais agradáveis, mas o país perderá seu destino histórico, a sociedade brasileira se tornará irrelevante e as grandes massas pagarão um preço intolerável. Temos, por isso, um prazo curto para empreender esse esforço. E confio enorme-

mente que este Centro que estamos hoje inaugurando seja uma das agências relevantes para a promoção dos resultados que esperamos. Muito obrigado.

WILSON CANO. Boa noite a todos, queria agradecer ao honroso convite e, ao mesmo tempo, parabenizar a iniciativa tão oportuna deste evento, mormente que estamos num ano eleitoral. Num ano como esse, evidentemente, o debate pode renascer e, eventualmente, ser frutífero.

Começo dizendo o que depreendo do título dado a esse encontro. É oportuno lembrar que a maior parte da inteligência econômica nacional, desde fins da década de 1970, converteu-se ao conjunturalismo, anulando assim grande parte dos antigos e conhecidos esforços feitos desde os anos 30 para pensar a construção do futuro da economia nacional. Abracemos, pois, entusiasticamente, a idéia deste repensar. Temos pela frente, de início, uma difícil tarefa, a de detectar quais são esses problemas, estimar suas reais dimensões e hierarquizá-los. Penso que um primeiro passo decorre da inequívoca e urgente tarefa política de definir quais são os nossos objetivos de médio e longo prazo. E só após esse agendamento, nos encontraríamos com a possibilidade concreta de identificá-los e equacioná-los, para que pudéssemos, então, planejar a melhor forma possível de atingir os nossos objetivos.

Podemos simplificar a lista dos nossos objetivos em dois grandes vetores. Primeiro, obter um alto e persistente crescimento da produção e do emprego. Segundo, obter um expressivo resgate da nossa imensa dívida social. Tais objetivos não estão hierarquizados, antes pelo contrário, estão interagindo. Mas a camisa-de-força do modelo neoliberal apenas possibilita o chamado vôo da galinha, o baixo crescimento, além do fato de que a equidade foi substituída pelo lema da suposta eficiência. Um alto e persistente crescimento nesse modelo é impossível. Para isso, o financiamento internacional teria também de ser alto, crescente e persistente. Um investimento substancialmente maior do que tem sido. Mas com esses juros, esse câmbio e a incerteza reinante isso é uma quimera.

Por outro lado, é nosso desejo a realização daquelas metas; elas interpõem problemas políticos e econômicos, que decorrem de movimentos políticos, sociais e econômicos de ontem e de hoje. Primeiro, aqueles decorrentes de nossa história de subdesenvolvimento. Estruturais, portanto, e dos quais não podemos nos livrar. São as dificuldades com os nossos balanços de pagamento, com os problemas de financiamentos de longo prazo, com a situação fiscal, as latentes pressões, até o advento do neoliberalismo, o elevado crescimento econômico e de

emprego urbano, além da expansão da fronteira agrícola, ou seja, agricultura itinerante, de que falava Furtado, os quais promoveram uma ampla acomodação social na sociedade brasileira. Além disso, tivemos também um forte Estado nacional, que, de alguma maneira, soube administrar os problemas. Segundo, os corrosivos efeitos decorridos da década perdida, que estagnaram o crescimento e o avanço das estruturas produtivas, iniciaram tanto a precarização do emprego quanto a derrocada fiscal do Estado. Tais efeitos se acumulariam perversamente aos do período seguinte. Aqui se inicia, na verdade, a destruição do Estado planejador e condutor do crescimento. Terceiro, os efeitos intrínsecos ao modelo neoliberal, que anularam o manejo soberano de nossa política econômica, engessando o câmbio, os juros, a política de crédito e a fiscal. Acresçam-se as privatizações, que retiraram mais poder do Estado, e a falsa promessa da modernização produtiva e da competitividade. Nesse quadro, o investimento público federal, até então o principal motor do crescimento, feneceu. Lembremos que o investimento público e das estatais perfazia 50% da formação de capital e ainda induzia outros 25%, responsável direta ou indiretamente, portanto, por três quartos da formação bruta de capital do país.

Resultado, o investimento não só encolheu no PIB, mas também mudou o seu destino setorial, diminuindo fortemente a sua participação industrial. Mais ainda, sua composição estrutural, entre construção e equipamentos, tendeu a predominar fortemente a primeira, em detrimento da incorporação de novos equipamentos. A conseqüência disso foi a continuidade do pífio crescimento, calcado no aumento das exportações e na do crédito ao consumo, e do óbvio agravamento do quadro social. O endividamento público exacerbou, contaminando também as hierarquias estaduais e municipais e suas prometidas curas. Através das negociações impostas pelo governo federal, comprometeu as finanças públicas nacionais por 30 anos, deprimindo também os seus investimentos.

Entendo que o modelo atual não admite remendos isolados, os tais ajustamentos parciais – a baixa expressiva dos juros, ou o manejo inteligente do câmbio, ou o direcionamento objetivado da política de crédito, ou ainda o redirecionamento sensato do gasto público. A propósito, esta semana o Tesouro Nacional está cantando vitória por conseguir emitir e vender Notas do Tesouro Nacional, as NTN's, para 2045, à fantástica taxa de juros real de 7,5%, ou seja, nós estamos projetando a nossa primeira colocação mundial em termos de taxas reais para o ano de 2045. E isto é cantado como vitória.

Assim que se romper com essa sinistra combinação antinacional e anti-social, sem perder de vista as chances que temos ou venhamos a ter no mercado internacional, há que se voltar os olhos e as ações prioritariamente, mas não exclusivamente, para o mercado interno. Nossos problemas no mercado internacional são muitos: a falta de competitividade, o baixo valor agregado de nossas exportações e outros. É útil recordar ainda a primeira grande lição de Prebisch, tão bem assimilada e desenvolvida por Furtado: a instabilidade secular indecente dos preços dos produtos primários, a ineludível necessidade de avançar a industrialização e redistribuir a riqueza e a renda. A propósito de nosso sistema, cabe lembrar que nos anos 90 pesquisas oficiais feitas em São Paulo mostravam que do total das nossas exportações agrícolas, em bruto ou processadas, 64% delas ostentavam um carimbo de vulneráveis no comércio internacional, 15% estavam em franco retrocesso, 10% representavam oportunidades perdidas e apenas 11% tinham um caráter expansivo e de otimização. É verdade que nos anos recentes a exacerbação da demanda da China, especialmente, atenuou esse quadro, mas não o eliminou.

Tomados os preços internacionais dos principais produtos primários em julho de 2005, suas variações reais confirmam a tese clássica de Prebisch. Comparando-os com 1980 ou com 1990 – tomo como exemplo apenas uns poucos produtos – o alumínio estava 50% abaixo do preço real de 1980 e 26% abaixo do de 90; o ferro, 49,15%; a soja, 61,27%; o açúcar, 85,46%. Entre os raros produtos que tiveram alguma melhoria, se encontra prioritariamente o petróleo, com ganhos reais nos anos 1990. Lembremos também que desde meados da década de 1980, mais precisamente desde 84, a participação das nossas exportações de manufaturados, na estrutura da nossa pauta, permanece oscilando em torno de apenas 55%.

Toda a grandiosidade da expansão das nossas exportações é incapaz, na verdade, de mudar a sua estrutura de manufaturados para cima. Mas a própria elevação das exportações de produtos industriais deve ser mais bem examinada. Houve um forte aumento das exportações e importações mexicanas, tão apregoado, mas se dele retirarmos as exportações das maquiadoras, os coeficientes de exportação e de importação mexicanos, que se situam em torno de 33% do PIB, baixariam para cerca de 20%. Fato similar, mas não com a mesma intensidade, ocorre hoje também com a China. Nosso caso não é exatamente o mesmo. Contudo, se observarmos nossas cifras recentes de exportação, por exemplo, a de

2004, em bilhões de dólares, as exportações do setor automotivo totalizaram 13 bilhões. As suas importações, 6,8. As da química somaram 3,6, mas gastaram 9,6, e as de material elétrico foram de 3,3 e 8,7. Somando-se esse conjunto de produtos, tivemos uma geração de divisas de 23,5 bilhões, e um gasto de divisa negativo de 27,2.

A euforia recente com a notável expansão de nossas exportações primárias parece ter ignorado que ao mesmo tempo – 1998-2000, o *timing* dos dois censos demográficos nos quais trabalhei – em que a área plantada cresce 53%, o emprego agrícola foi reduzido em 30%; que no mesmo período a expansão do emprego urbano atingiu sua maior cifra, 42%, para a categoria dos autônomos, na qual prevalece, como é sabido, o trabalho informal. O vice-campeão de crescimento do emprego urbano foi o das domésticas, com 38%. E, por incrível que pareça, o terceiro grande colocado foi algo fantástico para o capitalismo: justamente o da categoria dos trabalhadores que não ganham nada, os sem-rendimentos. Não ignoro que para romper e mudar de rumo os problemas a enfrentar são enormes, mas não são intocáveis. Para tanto se exige não só uma vontade política, mas uma nova combinação política nacional que possibilite a reconstrução do Estado e do planejamento para que se procedam as mudanças.

O espaço, a mim cedido neste evento, não me permite sequer alinhar as linhas gerais dessa transformação e das reformas necessárias para isso. Em outro contexto, relativamente recente, tive oportunidade de apresentá-las por escrito. Por último, gostaria de lembrar que a hipocrisia que grassa hoje em dia na sociedade brasileira também está sendo praticada pelos economistas, que passaram a editar coisas – chamemo-las assim – usando títulos que lembram *science-fiction*, ou livros de auto-ajuda. Recentemente, por exemplo, um virou *bestseller*: *O Futuro chegou*. Outro: *A desigualdade desencahou*. Então, realmente, estamos muito mal... Vocês me desculpem pela brevidade, mas acredito que as exposições que me antecederam mais do que completam as lacunas que eu deixei. Muito obrigado.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. O que eu gostaria de fazer hoje era debater com os meus colegas mais antigos, Castro e Lessa, porque nós somos a segunda geração mais velha dos desenvolvimentistas. Depois de nós, vem a geração do Wilson Cano, e antes, a primeira geração, com os mestres Furtado e Helio Jaguaribe, que foram mestres de todos nós. Não apenas mestres em economia e política, mas sobretudo, pioneiros nas ciências sociais no Brasil. Como disse

Jaguaribe, tomara que nós conseguíssemos fazer deste Centro um ISEB, mas não é provável. Não é provável porque a história do nacional-desenvolvimentismo não se repete. Em todo caso pode vir a ser um Centro de debates para o futuro. Se não for para nós, os mais velhos, talvez seja para os mais jovens. Quanto mais não seja pela razão que Helio apontou. No último livro de Celso Furtado, que reflete sua preocupação com o futuro, um dos capítulos chama-se “A Crise da civilização industrial”. Celso também estava convencido que esta civilização está em crise profunda.

Entenda-se, não é a crise da civilização ocidental e cristã. Que essa vai mal, como todo mundo sabe. Mas da outra, a que deu base à modernidade capitalista. Os grandes países da Ásia, os japoneses e os chineses, também não estão conseguindo introduzir mudanças significativas no paradigma do capitalismo industrial. Mesmo a sua cultura milenar não parece que esteja barrando todos os efeitos perversos do atual estágio do capitalismo mundial. Tendo todas as “civilizações” mergulhado no capitalismo, quer sejam maometanos, cristãos ou agnósticos, os efeitos são os mesmos, sobretudo no que se refere à falta de “solidariedade” e de proteção ao meio-ambiente. A única religião da doutrina moderna do capitalismo são os pentecostais, que, embora não se preocupem com os limites ambientais e sejam fortemente mercantilistas, conseguem solidariedade entre eles. Pelo menos se organizam para sobreviver aos males sociais do capitalismo. Razão pela qual terão provavelmente futuro, pois esses males ainda durarão bastante, dado que depois da crise do socialismo e da tremenda crise das esquerdas, não há à vista um paradigma internacional capaz de resolver o assunto. Uma coisa é desejar ir para lá, outra é entender o caminho.

E é por isso que retomar o pensamento de Furtado é estimulante, porque ele não é liberal e também não é marxista. É agnóstico, mas acredita no poder da razão e do conhecimento para poder organizar o futuro. Segundo mestre Furtado, não seria pelo *laissez-faire, laissez-aller* nem pela “luta de classes” que os problemas fundamentais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento se resolveriam. Alguns de nós até acham que sim, mas isso tem a ver com a fé, a utopia, ou o mecanicismo. A análise de Furtado, porém, é histórico-estrutural e o seu ponto de partida, explicitado em quase todas as suas obras, é que desenvolvimento e subdesenvolvimento nasceram no mesmo momento histórico em que nasceu o capitalismo industrial inglês. Ali nasceram a divisão internacional do trabalho e a periferia. E aqui continuamos. Por isso é sempre uma dificuldade extrema encontrar

a tal da autonomia em relação ao centro, a não ser como instrumento de luta político-ideológica. Tratar-se-ia de construir um “projeto nacional” que dê conta das necessidades de nosso povo, e das nossas possibilidades de inserção numa nova divisão internacional do trabalho. Como disse o prof. Cano, precisa-se do crescimento da produção e do emprego, mas não é o suficiente, porque o crescimento da produção e do emprego é totalmente assimétrico no Brasil, do ponto de vista da distribuição de renda.

Houve um momento histórico que nos levou à ilusão desenvolvimentista de que haveria uma espécie de contágio, e os movimentos da chamada construção da indústria e da construção do Estado nacional levariam ao desenvolvimento pleno. Getúlio Vargas, autoritário ou não, estava construindo o Estado nacional desenvolvimentista. Mas no período JK já estavam sendo construídas as bases de uma indústria pesada multinacional. Não importa o que se tenha dito nas várias versões sobre a dependência. O fato é que o desenvolvimento associado implica em um tripé em que tem cabido aos empresários nacionais vários papéis. Continua cabendo. Se alguém imagina que os empresários relevantes da chamada burguesia industrial originária paulista sumiram, está enganado. Alguns venderam, não porque tenham falido, está claro? Não me parece que a indústria de autopeças tenha sumido, apenas se desnacionalizou uma parte. A Metal Leve do ex-secretário de Cultura de São Paulo não desapareceu, foi vendida porque ele achou que ia ser estrangulado pela concorrência. Por quê? Porque ele a vendeu na década da abertura brusca, do neoliberalismo. A década de 1990 foi uma tragédia em termos de desemprego e desnacionalização porque realmente fizemos tudo o que se possa imaginar de “regressismo neoliberal”. Voltou a ideologia do *laissez-faire, laissez-aller*, da desregulação dos mercados e das privatizações, mas empresas do porte das grandes empresas de energia e da Vale do Rio Doce não desapareceram nem se desnacionalizaram completamente.

O intervencionismo continental europeu e norte-americano predominou para fazer o *catch up* do século XIX. E nós chegamos a esta ideologia neoliberal de que tem de abrir a economia, desregular, desnacionalizar, diminuir o papel do Estado, antes de completar o desenvolvimento industrial. Enfim, todas essas práticas perversas que já foram aqui apontadas. E isso foi um caso de regressismo ideológico e além do mais foi também cultural, porque com a mídia propagando essas idéias ficou difícil de se lutar por um projeto nacional. Paradoxalmente quem mais recla-

ma deste ou de qualquer governo – a classe média – na verdade perdeu muito menos do que imagina em termos de suas ambições consumistas. Foi, porém, muito contaminada culturalmente e alcançou um peso simbólico desproporcional ao seu tamanho econômico e social. A classe média sucedeu às elites dominantes em seu consumo desvairado e foi por aí que mestre Furtado começou a discutir o problema da dependência cultural. Ele não estava apenas preocupado com o consumo das elites compradoras de um modelo primário exportador. Ele estava preocupado com o consumismo, com a dependência cultural, com o comportamento “elitista” das nossas classes médias urbanas que surgiram a partir da revolução de 30. Porque a idéia de ver o processo histórico como linear é um equívoco. As classes médias surgiram, se ampliaram, mas se deterioraram e deturpam do ponto de vista do projeto nacional. Aquelas classes médias dos anos 30 não são estas que estão aqui. Está claro? Nem as de JK. Nem as do regime autoritário. Essas que estão aqui foram fabricadas, realmente fabricadas nos últimos 20 e tantos anos, paradoxalmente (e isso é que é a nossa desgraça) em plena transição democrática. Desse ponto de vista, que não é apenas econômico, as elites de classe média tenderam a frear a ação do Estado, tanto em termos econômicos como de ampliação dos direitos sociais. Então eu tendo obviamente a concordar com todos os diagnósticos que foram feitos pelos expositores que me antecederam.

Mas no caso do Cano, que é meu particular amigo e companheiro de trabalho, quero dizer o seguinte sobre a deterioração das relações de troca. Como tendência, você pode ter razão. Mas não se tem certeza sobre qual será o efeito da atual modificação da geografia econômica mundial. Na verdade, os termos de troca melhoraram por causa de toda a demanda asiática de matérias-primas e de oferta de produtos industriais baratos. Essa tendência vai parar? Não sei, aparentemente pode só parar quando chegar a uma crise da civilização industrial. Essa é uma tendência que altera os dados do funcionamento da economia mundial. Por um lado ela permite retomar as teses do Clube de Roma, e daquilo que o Furtado chamou “o mito do desenvolvimento”. Se a China continuar a crescer desta maneira tenderá a incorporar uma massa gigantesca de população pobre que ainda não entrou no mercado capitalista. Se entrar nos padrões de consumo da atual civilização industrial vai dar um bode gigantesco, inclusive em termos ecológicos.

Então, o que eu quero ressaltar é a seguinte contradição: a China ora é apresentada como um exemplo de *catch up*, com seu desenvolvimento industrial fantástico

que nós devemos admirar e imitar, ora é considerada um perigo para a humanidade do ponto de vista ecológico. Enfim nós temos o azar perturbador de haver uma consciência dramática de estarmos vivendo três tempos, meus senhores. Na nossa vida, em particular na dos mais jovens, há uma convivência entre o tempo virtual, o tempo dos homens e o tempo da terra, dos quais temos uma percepção dramática. O tempo virtual da tecnologia de informação virou um tempo real, altamente perturbador. Depois tem-se o tempo dos homens que se expandiu aumentando a esperança de vida em toda parte, com exceção da África, que está sendo dizimada. Os restos em decomposição e da colonização secular dos impérios são particularmente dramáticos na África. A descolonização africana foi uma luta fantástica. Essa era a grande bandeira, sobretudo para mim que estava lá em Portugal, talvez por causa do complexo de culpa de pertencer ao império mais antigo; primeiro e último, porque também fomos os últimos a nos retirar de Timor...

Finalmente temos o tempo da Terra, cujos limites estão sendo ultrapassados pelos problemas ecológicos levantados pela civilização industrial. Essas questões todas, sobre a temporalidade do mundo contemporâneo produzem uma sensação de caos, de crise civilizatória. Qualquer um de vocês está vendo a morte do tempo da Terra, junto com os genocídios e a instabilidade financeira, até porque a televisão chama a atenção o tempo inteiro. Entre as mortes anunciadas, a chamada “morte súbita”, que vem sem aviso prévio, estão as crises financeiras provocadas pela mobilidade de capitais total, que a tecnologia de informação moderna ajudou a acelerar. Nós somos uma periferia de acesso aberto ao capital estrangeiro que entra e sai quando lhe dá na vontade. Entra, endivida o país, especula e depois se manda. Esta é a cara pós-moderna da dependência externa. Nós nos vimos livres, eu diria, do estágio em que estávamos, da crise de 70, da crise de 80. Depois daquela crise da dívida externa, melhoramos. É indiscutível que melhoramos, o Castro tem razão. Embora não se possa dizer que não melhoramos, é bom não esquecer que não são semelhantes as formas de dependência. Isso é que precisa ter claro. E mais, este dito populismo cambial deste governo não tem nada que ver com o populismo cambial do Fernando Henrique. Então, as coisas neste Seminário aqui ficam confusas, porque devemos esclarecer que nós somos todos da mesma banda (somos todos da banda desenvolvimentista, da banda progressista, da banda nacionalista, da banda social) mas estamos enfocando um problema complexo de ângulos diferentes. Aqui não tem nenhum neoliberal, se tiver deve ser para ter um ataque de azia. E como é que nós temos tão pouco claro o quan-

to mudou o mundo nos últimos 25 anos e o quanto mudou o Brasil nos últimos 25 anos? São os mesmos 25 anos...

A crise no Brasil começou com a crise e a reestruturação da economia mundial. Porque nós somos sempre contemporâneos, e dessa vez até não nos foi tão mal. Basta ver o que aconteceu com a Rússia, que foi praticamente destruída. A Argentina perdeu 30% do produto. Nós não perdemos 30% do produto. Nós ficamos ali, com mini-ciclos de crescimento, na base do vôo da galinha. Ciscando, que é bem do nosso jeito. E de passagem inventando. Essa é a pergunta que eu quero fazer ao Lessa: quero saber se o que ele chama invenção social dos informais é o que eu chamaria de novas economias de subsistência com solidariedade. Não importa que eles concorram entre si, evidente que os feirantes de São Cristóvão concorrem entre si. No entanto, se organizam coletivamente. Pode haver concorrência e solidariedade, desde que o grupo, a estrutura grupal tenha um objetivo comum. Numa civilização capitalista em expansão mundial, mercantilista do jeito que está, eu vou fazer sumir a concorrência, como? Logo não é isso o que me importa. A mim o que importa é não permitir que os grandes conglomerados se apropriem do país e as grandes corporações financeiras, que especulam desenfreadamente, entrem e saiam deste país fazendo o que querem. O que é que aconteceu de grave na década de 1990? Você destruiu o aparelho do Estado, privatizou, liberalizou tudo, tudo. A conta de capitais do Brasil nunca na história foi tão liberalizada. A conta cambial ainda menos, e isso foi o que eles fizeram.

E é claro que nos meteram numa armadilha, porque o país já tinha a dívida velha, com a política econômica neoliberal tomamos dívida nova em grandes proporções. E as duas ainda estão aí e têm que ser amortizadas. Da velha já pagamos praticamente tudo ou rolamos para frente. A nova ainda está pesando muito no balanço de pagamentos, só foi enfrentada graças aos enormes superávits comerciais de 2003 em diante. Assim, apesar de termos diminuído muito a fragilidade externa da economia, é preciso ficar atento, até porque o neoliberalismo ainda não acabou e as mudanças na economia global são imprevisíveis.

Quando eu interrompi o Lessa na sua fala sobre globalização, é porque tenho pontos de vista diferentes dos dele sobre o atual estágio mundial do capitalismo. Globalização produtiva existe há mais de 200 anos, com as filiais dos Impérios, e dos grandes centros, na periferia. Essa não é pois a questão central. A questão é que agora nós temos uma coisa chamada *global sourcing*. Este é o fenômeno que ele

descreveu para o nosso couro e os sapatos chineses e que é específico deste estágio da globalização. Então a liberdade de ir e vir contemporânea é maior que a do *laissez-faire, laissez-aller* dos séculos XVIII e XIX. O neoliberalismo é regressivo sim, por seus efeitos sobre o mercado de trabalho, a destruição de renda e a autonomia do Estado nacional. Como o Brasil foi o último país da América Latina a entrar neste jogo, quisemos logo bancar que éramos os primeiros. Que nós temos a mania da grandeza. E tome-lhe liberalização e privatização aceleradas. Pequeno detalhe, os nossos governantes da década de 90 não conseguiram chegar ao fim, porque foram interrompidos em sua trajetória. Quer ver como não conseguiram? O Lessa está escandalizado com a falta de nacionalismo de empresas nacionais legítimas de Brasil, esquecendo-se de que foi um bom negócio para as grandes até 1999, assim como é hoje o da internacionalização das empresas líderes. Assim, parece-me que é sobre os outros países da América Latina que temos de chorar. Chorar sobre a Argentina e o México, onde não sobraram grandes empresas e indústrias nacionais.

O México, na década de 50, tinha o maior grupo industrial da América Latina (o grupo Monterrey) e a Argentina, comparada a nós, era um país industrializado. Não sobrou nenhum grande grupo industrial e financeiro nacionais. Sobraram, por razões óbvias, as grandes estatais do petróleo na Venezuela e no México e do cobre no Chile. E há quem diga que o cobre só escapou porque além de caixa do Tesouro era a caixa dos militares. Era e é a caixa dos militares chilenos. Não por outra razão o Chile tem o exército mais moderno da América Latina e foi o último a sair no jogo da democratização. Porque tem o cobre à disposição. Tem lá uma porcentagem. Então, chegamos a níveis tais de liberalismo, que mesmo o cobre chileno só se mantém nacional por interesses mercantis dos militares. Vocês hão de convir que é brabo. Agora, no Brasil ainda temos grupos industriais importantes nacionais. Estão sentados na mesa de negociações como representantes de instituições que, por mais que elogiem ou não o Ministro da Fazenda, vão ao centro do poder executivo ou mesmo legislativo e disputam os seus interesses. Não dependem do orçamento da república, ao contrário eles é que aportam recursos, para o superávit fiscal. No máximo dependem do crédito dos grandes bancos públicos, que também não existem no resto da América Latina.

Então, quando se fala do investimento público no orçamento fiscal convém lembrar que a conta pesada que está no orçamento da união é referente às estradas e que metade delas já não são públicas, são privadas. As contas orçamentárias mais

importantes são o orçamento social da União e os juros, porque a maior parte do investimento público sai das estatais. Energia não sai do orçamento, sai das afiliadas da Eletrobrás e da Petrobras e parte é financiada pelo BNDES. Por isso é que as estatais estão interessadas no desenvolvimento e lutam contra certas restrições neoliberais. Foram criadas para ser desenvolvimentistas e continuaram, a despeito dos tropeços durante a década de 90, também no auge dos governos FHC, que fez o possível para torná-las *Corporations*. Um pouquinho mais, o BNDES virava uma corporação financeira, um banco de investimento sem regra nenhuma, a não ser as regras do “mercado”. Por um pouco mais, a Petrobras virava uma *Corporation* sem interesses nacionais e a Eletrobrás virava pó porque simplesmente quase quebrou com a política de energia elétrica que o governo passado fez.

A respeito do financiamento do desenvolvimento, nós temos os bancos públicos e outros instrumentos sobre os quais vamos nos debruçar nos próximos seminários. As discussões vão continuar sobre financiamento interno, público e privado, fundos de pensão e mercado de capitais. Para contrastar com o que se diz por aí de não termos recursos para financiar o desenvolvimento. Não temos recursos onde? Não temos recursos no orçamento que está todo comido. Esse é que é o problema para expandir as políticas sociais universais. Mas não se deve pegar o orçamento federal como restrição ao investimento público, quando com o conjunto dos recursos de que dispõem os fundos de pensão das estatais e as próprias estatais teríamos recursos suficientes para financiar o investimento. Então, recursos existem, os problemas vêm da natureza microeconômica do cálculo patrimonial, vêm da falta de coordenação das organizações públicas para controlar o interesse nacional nas negociações com os grandes grupos nacionais e multinacionais. Com a restrição de que as regras mais importantes do financiamento público continuam ditadas por agências multilaterais.

Na transição para a democracia aconteceu uma coisa dramática. Temos ou não temos uma Constituição cidadã, que colocou lá os direitos sociais e públicos essenciais? Temos! Mas os tecnocratas e parte da classe política reclamaram que a Constituição não se podia cumprir. Ninguém reclamou nada durante a ditadura, a não ser os sindicalistas do ABC. Porque, mesmo no campo, na organização camponesa, que se tinha mantido submersa, o pessoal não dava a cara ao tapa porque seriam todos mortos. É um argumento do Wanderley Guilherme dos Santos com o qual eu concordo plenamente. Quando você está num sistema autoritário repressivo, a organi-

zação social não desaparece, apenas enfraquece e submerge. Eu vi seminários das organizações camponesas surgirem em 1977 e 78. A repressão já tinha aliviado e estavam ali todas as representações (menos o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra], que foi criado mais tarde). Eu nem sabia da existência delas. Por quê? Porque elas não apareciam, não botavam o pescoço de fora ou teriam sido liquidadas. Então parece que há marasmo na luta social, na mobilização das classes populares. Essa participação ativa dos de baixo é central quando se restabelece a democracia, mas a de coordenação e democratização do Estado também. Este era também o ponto de vista de Celso Furtado, sobre o qual ele escreveu muito depois de *Brasil, a construção interrompida*.

Se não passar algum poder de participação nas decisões para as organizações sociais, particularmente dos trabalhadores e do povo, que são as classes subordinadas, não chegaremos a uma sociedade e Estado democráticos. Podem fazer as leis que quiserem, pode ser republicano o quanto quiser, não chegaremos. Não chegaremos porque a Lei da Terra está lá desde 1850, e a gente não conseguiu fazer mudar o núcleo duro do Estatuto da Terra. A Lei do Comércio e os principais códigos são todos muito antigos. Mesmo modificados é difícil mudar o comportamento do Estado e da sociedade. Somos um país altamente mercantil de tradição oligárquica ao qual se sobrepôs um capitalismo de estilo multinacional. Então somos um país heterogêneo, em que todos os atrasos possíveis e todas as modernidades possíveis estão juntas. O que conduz ao panorama que o Lessa descreveu.

O lema da bandeira nacional desde a implantação da República sempre foi “Ordem e Progresso”. Qual passou a ser o nosso lema? Pelo menos o meu e de quase todos os que estão aqui? Seguramente que não foi este. A gente queria muito simplesmente ampliação da democracia e justiça social. Foi por isso que nós lutamos durante o regime militar. Porque em matéria de ordem e progresso, ele nos deu ordem e progresso. Ou não deu? Ou alguém tem dúvidas de que o Geisel foi um governo “progressista”, do ponto de vista da civilização material? Como dizia mestre Furtado: não basta a civilização material, isso é o progressismo do século XIX, no qual o próprio Marx caiu, ao supor que o desenvolvimento das forças produtivas levariam ao desenvolvimento das superestruturas. Parece que não é bem assim. Em vários casos as revoluções começaram pela superestrutura e depois é que promoveram o desenvolvimento da infraestrutura, tanto nas revoluções democráticas burguesas quanto nas socialistas.

A desatualização das idéias de esquerda e o charivari da mídia, misturados com uma enorme indignação sobre o que está acontecendo no mundo, têm perturbado as idéias “progressistas”... O que está acontecendo no mundo é um pavor. Entendamos, se vocês lerem o *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* de Furtado, ou lerem o *Desenvolvimento Desigual e Combinado*, dos marxistas do século XIX e começo do século XX, verão que hoje os Estados Unidos estão em franco processo de subdesenvolvimento. Os Estados Unidos, minha gente! A famosa sociedade homogênea, dos sonhos da Revolução Americana, onde está hoje? Com 40 milhões de miseráveis, com ensino primário público no estado em que está, com o sistema de saúde pública no estado em que está, com os direitos civis diminuídos? Isso é que é altamente perturbador e desafia os paradigmas democráticos contemporâneos.

Claro, houve avanços, mas estas últimas décadas foram muito brabas. Para toda a civilização industrial não, mas para a civilização mundial capitalista sim. Esta espalhou-se pelo mundo mediada pelo poder desvairado de uma potência cuja única pretensão estratégica é que não apareça nenhuma outra à altura dela, e que para isso adotou uma doutrina de segurança pela qual tem de intervir preventivamente nos direitos dos outros. Bem, agora nem dá para dizer que são os comunistas debaixo da mesa. Pelo contrário, a única coisa que sobrou e que poderia ainda ser chamada de comunista, com alguma razão, é a China, e eles negociam perfeitamente bem. Então, como é que foi? Aí, de repente inventam o quê? Ah, o choque de civilizações é uma guerra religiosa... Outra vez! Quer dizer que o problema do Oriente Médio é uma guerra religiosa, somente? Pode ser para o povo, mas seguramente não é para o Império. É sobre essas dificuldades que eu estou falando, e a maioria delas permanecem ocultas ou ininteligíveis. Como dizia o mestre Furtado, o fato de não desvelar as coisas que aconteceram na história recente é que obscurece os crimes que ela cometeu. E nós temos que desvelar os crimes que foram cometidos e não afogá-los em nominalismos. Todo mundo neste país em princípio parece de acordo que devemos crescer, que devemos melhorar a distribuição de renda, e que devemos pagar a dívida social. Todo mundo. Não tem um banqueiro, um reacionário, um conservador, que não diga o mesmo. Desafio que vocês encontrem alguma declaração a favor da pobreza ou a favor da desigualdade... Não há, acabou, isso era antes. Não existe mais direita no Brasil. Toda a direita é envergonhada. É tudo “progressista”. Vocês vão ficar escandalizados, mas se eu disser a algum dos mais importantes macroeconomis-

tas de FHC, que aprontaram essa trapalhada da última década, que eles não são progressistas, vão ficar furiosos. Como não? Primeiro, lutaram contra o regime da ditadura militar. Ou não é verdade? Aliás quase todos os governantes relevantes deste país lutaram contra a ditadura militar. Vários deles estiveram no exílio.

Então, já não basta. Já estava na hora de parar de considerar isso uma virtude que os libera de qualquer crítica. Enterrar de vez a idéia de que é uma distinção definitiva ter lutado contra a ditadura militar, que é nobre ter estado no exílio, que é nobre ter estado na cadeia. Porque vários, centenas, milhares, estiveram. E então isso que fizeram e estão fazendo ainda alguns governos locais e personalidades da República não me parece muito progressista nem democrático. Em resumo, para onde queremos ir com a nossa democracia? Se queremos fazer avançar e não regredir a conquista dos direitos públicos e sociais, para isso há que lutar sempre, não bastam as medalhas e as distinções passadas. Por que temos tão pouca imaginação institucional para construir novas instituições? Para dizer a verdade a sociedade brasileira é mais reacionária que o Congresso brasileiro. Em particular essa classe média cujas opiniões vão à deriva porque seguem a “moda”. Uma classe média histórica, lacerdista, e além disso com um peso simbólico, na mídia e na chamada opinião pública, desproporcional a seu peso real na economia e na sociedade. Portanto, há um desequilíbrio estrutural na sociedade brasileira, que tem que ser superado. Celso Furtado se deu conta o tempo inteiro de que o caráter mimético e consumista das elites é umas das características marcantes do subdesenvolvimento. Ele não disse que nós tínhamos terminado com o subdesenvolvimento, ele disse que sem atacar esses problemas nós não terminaríamos.

Quando ele escreveu *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, em 1961, quando já tinha havido JK e a industrialização, a interiorização do desenvolvimento estava em marcha. O que foi que ele disse? Temos que nos industrializar e podemos crescer. Porém, se não atacarmos o sistema de dominação desta sociedade, o sistema de fazer arranjos entre as elites, que se acham salvadoras da pátria e determinam o que o povo deve querer, e nunca permitiram que as classes subordinadas se manifestem ou participem – porque fazer greves ou ter opiniões subversivas já assusta muito as nossas elites –, então fica difícil terminar com o subdesenvolvimento. Agora, como vocês devem imaginar, quando um governante é apoiado pelos de baixo, como no caso do Lula, as demandas sociais se multiplicam. A pauta de demandas de todos os oprimidos do Brasil é gigantesca. Tem tudo o que você

quiser. Não falta nada. E o Lessa sabe disso, porque o tempo todo ele se preocupou com essa pauta, desde a defesa dos paraplégicos. O Lessa chegou a ser proclamado, em outros tempos (1985), “a mulher do Brasil”, porque queria mais creches. Este aqui eu não tenho nenhuma dúvida de que se preocupará com o social a vida inteira, mesmo que diga coisas com as quais eu não concordo analiticamente, mesmo que tenhamos opiniões divergentes sobre política.

Em resumo, o que tivemos neste Seminário foi o seguinte: Castro apresentou uma análise dos problemas econômicos estruturais, Cano apresentou outra, o prof. Jaguaribe completou com a análise internacional e Lessa expôs, com o estilo que o caracteriza, os problemas sociais. Vamos abrir os problemas. Vamos desvelar. Vamos ver até quão fundo somos capazes de ir e ao mesmo tempo propor algumas políticas que, pelo menos, combinem fins e meios, de uma maneira que implique uma estratégia de desenvolvimento. Além dos fins, é preciso perguntar quais são os meios. Na estratégia de desenvolvimento quais são as metas factíveis? Essa é que é a complicação. E como não é tão fácil levar tudo isso à prática política e social, eu acho que nós ainda estamos longe e provavelmente tenhamos de continuar a lutar ao longo da próxima década para construir um projeto verdadeiramente nacional. Além disso, existem várias restrições externas internalizadas. Primeiro, porque estamos cercados de uma anomia internacional e de uma superpotência internacional com um poder de veto terrível. Segundo, porque o capital financeiro exerce realmente uma ditadura. Não por outra razão a presidente socialista do Chile também vai fazer uma política monetária igual. O mesmo no Uruguai. Até o ministro de Economia de Cuba fez uma patetada de conversão monetária por razões de balanço de pagamentos, que está ferrando com o povo.

Para quem estiver interessado nas transformações geopolíticas da história recente, aviso que é o prof. Fiori que tratará do assunto no próximo seminário. Recentemente, a respeito das controvérsias da política macro-econômica dentro da esquerda ele escreveu um artigo chamado “O Socialismo macro-econômico”. Segundo ele, nunca nenhum regime socialista democrático ou não democrático, diga-se de passagem, teve alguma inventividade macroeconômica. Esta é sobretudo determinada pelas condições de endividamento. Nós estamos endividados até as orelhas. Explodiu a dívida externa. Explodiu a dívida interna. Com isso eu não quero me submeter ao porrete da ditadura financeira. Não quero me submeter intelectualmente, só porque eles me submetem na prática. Tentemos entender:

por que o país paga tão caro?. Da América Latina quem pagará sempre mais caro para qualquer projeto do tipo internacional somos nós, eles cobrarão mais de nós que de ninguém, porque nós temos mais o que dar. Para ajudar a fazer um programa de integração da América do Sul, mais autônomo, que signifique uma identidade mais importante de um bloco que se possa contrapor às outras forças, nós pagaremos mais. Muito simples, quem tem mais recursos paga mais. Mas e o povo tem que pagar? O povo pagou sempre, como é que não paga?! Não paga impostos? Não pagou a inflação e o desemprego? Agora o povo não paga um montante de impostos superior aos da classe média? E todos, povo e classe média, pagam mais que os ricos. Quem paga menos imposto são os ricos, que fazem “planejamento fiscal”. Isso a gente verá quando discutirmos a estrutura social e fiscal. De qualquer modo o povo pagará menos se for possível uma estratégia de desenvolvimento sustentado.

Eu acho que já me esparramei e preciso terminar. Estou convicta de que é preciso o progresso da civilização material, levando em conta os recursos naturais. Desse ponto de vista acho que nós temos chances boas. É verdade, apesar do estrago que temos feito por aí no território, ainda somos um país que tem reservas consideráveis de tudo, água, energia, etc. Ah, mas estamos estragando... Então, tem que impedir que se estrague. Essa é a primeira coisa. É estratégico o uso correto dos recursos naturais. A economia de recursos naturais que tinha deixado de ser importante para ser substituída pela industrialização, isso já era. Agora nós temos que olhar as três coisas. A indústria, os recursos naturais e o agronegócio, que têm de ser compatíveis com o desenvolvimento sustentável. E por outro lado, os serviços, particularmente os financeiros. Porque é por aí que a vaca vai para o brejo. Eles cobram desmesuradamente e compram qualquer coisa. Essa é uma das questões centrais. Eu não sei quem é dono de nada hoje no Brasil. Temos muita dificuldade, porque eles estão todo o tempo comprando. Ah, mas então temos que controlar o mercado de capitais. Seria bom, mas agora eles já têm a maior parte do patrimônio privado e das ações correspondentes. Para todos os efeitos, a Vale é nossa. Até deixar de ser. Vamos ver.

Temos de olhar as questões principais de todos os ângulos. Os vários setores econômicos e as empresas; olhar a chamada dívida social nas suas dimensões heterogêneas; porque há novos pobres, velhos pobres, novíssimos pobres, novos ricos, novíssimos ricos. A estrutura social está em permanente mudança, está

mudando como nunca da década de 90 para cá. E nós estamos com dificuldades de ter sociólogos. Então, o prof. Lessa, que é economista, vira sociólogo, o prof. João Manoel Cardoso de Mello pode virar também... Antes havia o reinado dos bacharéis. Agora os economistas se metem em tudo. Mas é que não têm muita alternativa. Porque cientista político tem, economista também, bons ou maus, sociólogo saiu de moda. Parece que com o exemplo do Príncipe dos Sociólogos os cientistas sociais desistiram e não querem mais fazer sociologia do desenvolvimento. Pronto, meus senhores, estejam liberados e colaborem conosco.

